

CLÁUDIA MARGARIDA SOUSA DE BARROS

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2013

CLÁUDIA MARGARIDA SOUSA DE BARROS

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2013

CLÁUDIA MARGARIDA SOUSA DE BARROS

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Ass: _____

Trabalho apresentado à Universidade

Fernando Pessoa como parte dos requisitos

para a obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social.

Resumo

A escola atual encontra-se perante o desafio de responder, com efetividade, às Necessidades Educativas Especiais, de uma população escolar cada vez mais heterogénea, e de construir uma Escola Inclusiva.

Este trabalho tem como temática central compreender e conhecer a percepção de jovens e adultos sobre Educação Inclusiva, procurando refletir a partir do conhecimento concreto que têm sobre a matéria.

Assim, procuramos perceber quais as políticas existentes para combater a exclusão das crianças com necessidades especiais, identificar, descrever e analisar a percepção de uma amostra de adultos e jovens, relativamente à Escola Inclusiva, na temática Necessidades Educativas Especiais, e reflectir sobre possíveis formas de minimizar desigualdades e até mesmo formas de enfrentar e superar.

Como conclusão ressaltamos o facto de as respostas dos inquiridos serem, na sua maioria, unânimes apesar da diferença de idade.

De realçar que as opiniões dos inquiridos por vezes parecem contraditórias, no entanto revelam conhecimento acerca da temática.

Para uma melhor discussão dividiram-se as questões em três grupos de análise, as questões relacionadas com o papel desenvolvido na escola, outro grupo relacionado com o papel da sociedade e, por fim, com o papel dos alunos.

Numa primeira fase avaliou-se o papel desenvolvido pela/na escola, em que os inquiridos concordam plenamente que a escola se esforça por minimizar todas as formas de discriminação, assim como concordam que o pessoal educativo se esforça por remover todas as barreiras à participação dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

No âmbito do desenvolvimento por parte dos alunos As respostas variam entre a discordância e a plena concordância, sendo o número de respostas bastante próximos.

Relativamente ao grupo relacionado com o papel da sociedade, Os inquiridos concordam que as diferentes comunidades locais estão envolvidas na inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem, no entanto, discordam completamente que

existam expectativas elevadas em relação a todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Palavras – Chave: Necessidades Educativas Especiais; Inclusão; Estratégias Inclusivas; Escola Inclusiva; Dificuldades de aprendizagem.

Abstract

The current school is challenged to respond with effectiveness, Special Educational Needs, a school population increasingly heterogeneous, and building an Inclusive School.

This work has as central theme of understanding and knowing the perception of young people and adults on Inclusive Education, seeking to reflect from the concrete knowledge they have on the matter.

So we try to understand what existing policies to combat social exclusion of children with special needs, identify, describe and analyze the perceptions of a sample of adults and young people, for the Inclusive School in thematic Special Educational Needs, and reflect on ways of minimize inequalities and even ways to address and overcome.

In conclusion we emphasize the fact that the respondents' answers are, mostly unanimous despite the age difference.

Note that the opinions of respondents sometimes seem contradictory, however reveal knowledge about the theme.

For a better discussion questions divided into three groups for analysis, issues related to the role played in school, another group related to the role of society and, finally, the role of students.

Initially evaluated the role played by / at school, where respondents strongly agree that the school strives to minimize all forms of discrimination, as well as agree that the educational staff strives to remove all barriers to the participation of students with learning difficulties.

Under development by the students responses ranging from full agreement and disagreement, and the number of responses rather close.

As regards the group related to the role of society, Respondents agree that the different local communities are involved in the inclusion of students with learning disabilities, however, completely disagree that there are high expectations for all students with learning difficulties.

Key - Words: Special Educational Needs, Inclusion, Inclusive Strategies; Inclusive School, Learning disabilities.

Epígrafe

“Somos do tamanho de nossos sonhos”
(Fernando Pessoa)

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que me ajudaram e fizeram com que acreditasse que a sua realização seria possível, especialmente aos meus pais que ao longo da vida me ensinaram a ser a pessoa que hoje sou, às minhas irmãs e cunhados pelo apoio incondicional, ao João por acreditar sempre que eu era capaz, ao meu afilhado por querer fazer os trabalhos com a madrinha e aos meus sobrinhos por tirarem um pouco da minha atenção.

À Cláudia, Eduardo e Sara por terem estado a caminhar lado a lado comigo.

Agradecimentos

Ao longo da realização deste trabalho muitos foram aqueles que direta ou indiretamente ajudaram na sua concretização. Gostaria, assim, de agradecer a todas as pessoas envolvidas, em geral e a algumas delas em particular, toda a colaboração prestada.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família pelo apoio incondicional e por todo o tempo em que não estive presente.

À Professora Doutora Manuela Coutinho, minha orientadora neste estudo, pelo seu profissionalismo, disponibilidade, apoio e supervisão científica.

Aos participantes que se mostraram disponíveis em colaborar nesta investigação, possibilitando, assim, a sua concretização.

A todos os professores que ao longo do curso transmitiram conhecimento precioso quer para a vida profissional quer para a vida pessoal, aos meus colegas de curso, e em especial ao Eduardo e Sara, pelos momentos de partilha e apoio.

Ao João, pela força que me deu e por estar sempre comigo.

À Cláudia, amiga, pela confiança que sempre depositou em mim e no meu trabalho.

Por fim, e de modo a não deixar omissos nenhum daqueles que tornou possível este trabalho, quero agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para o meu sucesso ao longo destes 3 anos de estudo.

Índice

Resumo.....	V
Abstract	VII
Epígrafe.....	IX
Dedicatória	X
Agradecimentos	XI
Introdução.....	1
Parte I – Fundamentos conceptuais e teóricos sobre as Necessidades Educativas Especiais	3
Capítulo I – Educação Inclusiva em Portugal.....	3
1.1. Síntese histórica e quadro atual	3
2.1. Conceito de Educação.....	8
2.2. Necessidades Educativas Especiais e Escola Inclusiva	8
2.3. Tipos de Necessidades Educativas Especiais	12
2.3.1. NEE permanentes	12
2.3.2. NEE temporárias.....	13
2.4. Educação Inclusiva	15
2.5. A importância da utilização de estratégias inclusivas.....	17
Parte II – Estudo Empírico	20
Capítulo III – Percurso metodológico.....	20
3.1. Metodologia de Investigação	20
3.2. Problemática e questão de partida	20
3.3. Objetivos	21
3.4. Justificação da Amostra	22
3.5. Instrumentos de recolha de dados.....	22
3.5.1. Inquérito por questionário	23
Capítulo IV – Discussão dos dados e resultados	27
4.1. Recolha, análise e interpretação de dados.....	27
4.1.1. Recolha de dados e análise dos dados	27

4.1.2. Apresentação dos resultados.....	28
Gráfico1 – Sexo dos inquiridos	28
4.1.3. Discussão dos resultados	43
Conclusão	47
Bibliografia.....	49
Anexos	
Anexo 1 – Inquérito por Questionário	

Índice de Siglas

NEE – Necessidades Educativas Especiais	1
PE - Programa educativo	4
PEI - Programa Educativo Individual	4
EE- Educação Especial	5
SPO – Serviços de Psicologia e Orientação	12
SPSS - Statistical Package for Social Sciences	27

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Sexo dos inquiridos	28
Gráfico 1 – Idade dos inquiridos	28
Gráfico 1 – Habilitações Académicas dos inquiridos	28
Gráfico 4 – Tempo de Serviço dos inquiridos	29
Gráfico 5 – Formação na área das NEE dos inquiridos	29
Gráfico 6 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº1	30
Gráfico 7 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº2	30
Gráfico 8 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº3	31
Gráfico 9 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº4	31
Gráfico 10 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº5	32
Gráfico 11 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº6	32
Gráfico 12 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº7	33
Gráfico 13 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº8	33
Gráfico 14 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº9	34
Gráfico 15 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº10	34
Gráfico 16 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº11	35
Gráfico 17 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº12	35
Gráfico 18 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº13	36
Gráfico 19 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº14	36

Gráfico 20 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº15	37
Gráfico 21 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº16	37
Gráfico 22 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº17	38
Gráfico 23 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº18	38
Gráfico 24 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº19	39
Gráfico 25 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº20	39
Gráfico 26 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº21	40
Gráfico 27 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº22	41
Gráfico 28 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº23	41

Índice de Quadros

Quadro 1 – Legislação para a Educação Especial em Portugal	5
Quadro 2 – Conceito de Necessidades Educativas Especiais	42
Quadro 3 – Exemplos de tipos de Necessidades Educativas Especiais	42

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Introdução

O ser diferente representa, na trama das relações sociais, um fato merecedor de uma análise profunda por parte de estudiosos do comportamento humano. A sociedade enfrenta enormes dificuldades para lidar com que é diferente, com tudo aquilo que se afasta dos padrões estabelecidos como normais. Todas as categorias sociais que se enquadram nesses padrões são de alguma forma, identificadas como desviantes, e colocadas à margem do processo social.”(Marques,L.P.-2001).

O presente projeto incide sobre o estudo da temática —A Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no Ensino Regular. São crianças que se afastam do desempenho escolar e social normalizado, ou regularizado. Isto é, que obedece a normas numa ótica de sociedade disciplinar.

Não foi, por isso, por acaso que se escolheu para título do presente estudo a frase de Maria Tereza Mantoan, (2003) "Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

Considera-se que este é um tema de grande pertinência na atualidade uma vez que cada vez mais o desafio das sociedades inclusivas apela a formas de intervenção alternativas.

O tema inclusão surgiu com grande relevância após a Declaração de Salamanca (1994) e a partir daí tem vindo a ser debatido.

Assim sendo, os objetivos deste trabalho são aprofundar o tema Inclusão Educativa, identificando pontos positivos, dificuldades e pontos críticos, bem como as políticas educativas desenvolvidas em Portugal no que diz respeito à intervenção junto de crianças com NEE.

As práticas e políticas educativas também vão ser apresentadas neste trabalho. Surgidas, como já referimos com a Declaração de Salamanca que se realizou na cidade de Salamanca, em Junho de 1994, na "Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas especiais: Acesso e Qualidade" (Wang, 1995, p.49).

Desta feita, o presente projeto de graduação divide-se em quatro capítulos. No Capítulo I – Educação Inclusiva em Portugal – Síntese histórica e quadro atual, traz-se a debate

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

uma panorâmica sobre a legislação portuguesa, relativamente à temática da Inclusão Educativa, descrevendo a evolução das políticas educativas efetuadas no domínio da Educação Inclusiva.

No Capítulo II – Abordagem Teórico/Conceptual da Educação Inclusiva, pretende-se fazer uma revisão da literatura estabelecendo-se um enquadramento teórico que irá orientar o tema de estudo.

No Capítulo III – Percursos metodológico, descreve-se a metodologia utilizada e os seus procedimentos, utilizados para o desenvolvimento empírico do trabalho. Destaca-se e justificam-se as opções metodológicas utilizadas ao longo do processo de recolha de dados fazendo também uma descrição do desenvolvimento e execução da pesquisa empírica.

No Capítulo IV, Discussão dos dados e resultados, é feita a apresentação, análise e interpretação dos resultados obtidos.

Finalmente, na Conclusão, apresentam-se algumas conclusões passíveis de serem retiradas dos dados de investigação, e sobretudo, eixos para futuros trabalhos de investigação.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Parte I – Fundamentos conceptuais e teóricos sobre as Necessidades Educativas Especiais

Capítulo I – Educação Inclusiva em Portugal

Neste primeiro capítulo, a principal preocupação assenta na necessidade de proporcionar uma panorâmica da legislação portuguesa, relativamente à temática da Educação Especial e Inclusão.

1.1. Síntese histórica e quadro atual

A educação especial sofreu várias mudanças ao longo do tempo, numa primeira fase as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) eram isoladas das outras crianças; com a evolução da sociedade e do próprio paradigma educativo, as crianças passaram a estudar juntas.

O percurso legislativo português em termos de educação inclusiva foi acompanhado de inúmeras alterações políticas e sociais, ocorridas na sociedade portuguesa.

Em Portugal, a partir de 1974, a educação evoluiu bastante, com aparecimento de escolas particulares para assistência a indivíduos com deficiência mental.”A educação especial então é vista como um sistema paralelo à educação regular/normal” (Marques, 1998).

Em 1976, “são criadas equipas de ensino especial integrado, com o objetivo de promover a integração familiar, social e escolar das crianças e jovens com deficiência (Lopes, 2001)”.

O Decreto Lei no 174/77, de 2 de Maio, regulamenta o regime escolar dos alunos portadores de deficiências integrados no sistema educativo público para os ensinos preparatórios e secundário, e posteriormente esta regulamentação é alargada para o ensino primário (decreto-lei no 84/78 de 2 de Maio) .

Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei no 46/86 de 14 de Outubro, a escola e o professor do ensino regular passam a ter responsabilidade pelo desenvolvimento de uma estratégia que visasse a integração e o ensino de todos os

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

indivíduos, inclusive aqueles com NEE com deficiência motoras e mentais (artigo no 17).

No entanto, com a substituição do Decreto-Lei 174/77 pelo Decreto-Lei 319/91 de 23 de Agosto é que surge a atualização e a ampliação da integração dos alunos com NEE nas escolas regulares.

A legislação de 1991 responsabiliza a escola regular pela educação das crianças com NEE, garantindo o acesso à escolaridade obrigatória e gratuita.

Estabelece ainda, as condições de inclusão da criança com NEE no sistema escolar regular e as medidas necessárias frente à diversidade desenvolvendo um projeto educativo próprio (art. 11º).

Define-se, também, que os alunos que apresentam NEE complexas devem ter um Plano educativo Individual (PEI) e para aqueles que tenham sido recomendados o “ensino especial”(art.o 20 – alínea i) ,deve haver um Programa educativo (PE), que são delineados respetivamente no Art. 15º e 16º do referido Decreto-Lei.

Mais tarde em 1994, na Conferência Mundial de Salamanca, consagraram-se um conjunto de conceitos como “inclusão” e “escola inclusiva”. Com a Declaração de Salamanca, passou-se considerar a inclusão dos alunos com NEE, em classes regulares, como uma forma de democratização das oportunidades educacionais. O termo integração é substituído pelo de inclusão, no sentido de escola para todos.

A Legislação que esteve em vigor em Portugal até finais de 2007 (DL 319/91) e as mais recentes orientações no campo da educação e da reabilitação (a Declaração de Salamanca, UNESCO 1994, as normas sobre igualdade de oportunidades, ONU, 1994) preconizam a inclusão das pessoas com deficiência em todos os domínios da vida social e o seu direito à plena cidadania.

A educação especial, enquanto modalidade de educação escolar, organiza-se de modo a cumprir as seguintes orientações inscritas na Leis de Base do Sistema Educativo em Portugal. Para facilidade de leitura a interpretação, elaboramos o quadro 1:

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Orientação normativa	O que estabelece
Lei nº46/86 de 14 de outubro	Enquadramento geral para a estrutura e a organização do sistema educativo. Abrangência, objetivos e organização da educação especial
Despacho conjunto 36/SEAM/SERE/88 de julho	Criação de equipas de educação especial
Lei de Bases – Lei 9/89 de 2 de maio	Prevenção, reabilitação e integração dos cidadãos com NEE
Dec. – Lei 35/90, 25 de janeiro	Definição do regime de educação gratuita e obrigatória
Dec. – Lei 190/91 de 17 de maio	Serviços de psicologia e aconselhamento
Dec. Lei 319/91 de 23 de agosto	Regime de educação especial a aplicar aos alunos com NEE dos níveis de ensino básico e secundário
Despacho Normativo 98-A/92, de 20 de julho	Definição do sistema de avaliação para os alunos de ensino básico
Portaria 611/93, de 29 de Junho	Alargamento da aplicação dos dispositivos legais consignados no D.L. 319/91 a criança com NEE do nível do pré-escolar
Portaria 613/93 de 29 de Junho	Aplicação das disposições D.L. 319/91 à educação básica
Despacho 178-A/ME/93, de 30 de Junho	Clarifica o conceito de apoio pedagógico e descreve modalidades e estratégias do mesmo
Despacho conjunto 105/97, de 1 de Julho	Criação de serviços de apoio educativo
Despacho Conjunto no 891/99, de 19 de outubro de 1999	Linhas orientadoras para os serviços de intervenção para crianças dos 0 a 6 anos com NEE ou em risco e suas famílias
Despacho 6/2000	Definição do regime educativo a aplicar aos alunos com NEE permanentes

Quadro 1 – Legislação para a Educação Especial em Portugal – Elaboração própria

Desde 1991 e até finais de 2007 a Educação Especial (EE) foi legislada pelo Decreto-lei n.º 319/91.

Com o surgimento do Decreto-lei n.º 3/2008 decorreram alterações significativas ao nível da EE, nomeadamente, o público-alvo a quem este se dirige, ao nível do processo de referenciação, à avaliação e à elegibilidade dos alunos que beneficiam dos serviços da EE.

Muitas alterações surgiram, e com elas, muitas crianças e jovens que beneficiavam dos apoios prestados pelos serviços de EE, deixaram de os poder receber.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

A principal mudança surgida com o novo paradigma refere-se à elegibilidade dos alunos para a EE. O Decreto-lei nº 3/2008, define como beneficiários dos serviços de EE, os alunos com problemas de "baixa - frequência e alta intensidade" (problemas estes que se designam por terem uma maior probabilidade de serem de origem biológica e que, deviam ter sido detetado precocemente), excluindo assim os alunos com problemas de "alta - frequência e baixa - intensidade" (Simeonsson, 1994, cit. in, ME, 2008).

Decreto-lei nº 3/2008, estabelece seis medidas educativas que visam promover a aprendizagem e participação, nomeadamente: o apoio personalizado, as adequações curriculares individuais, as adequações no processo de matrícula, as adequações no processo de avaliação, o currículo específico individual e as tecnologias de apoio, e por fim, ainda estabelece, o que se entende por serviço docente e não docente na educação especial, o que não acontecia até ao momento.

O decreto-lei 3/2008 preconiza a existência de um único documento oficial, o PEI - *Programa Educativo Individual*- que estabelece as respostas educativas e respetivas formas de avaliação para cada aluno. Cria ainda um Plano Individual de Transição que complementa o PEI, preparando a integração pós-escolar, no caso dos jovens cujas necessidades educativas os impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum.

É importante notar que quatro meses depois da publicação da lei 3/2008, foi publicada uma retificação em alguns aspetos da lei (Lei nº. 21/2008 de 12 de Maio). Esta retificação modera a opção imediata por modelos de educação inclusiva e coloca a opção dos pais como decisiva face ao sistema de educação em que o seu filho deve ser educado. É explicitamente dito que:

[...] Nos casos em que a aplicação das medidas previstas nos artigos anteriores se revele comprovadamente insuficiente em função do tipo e grau de deficiência do aluno, podem os intervenientes no processo de referenciação e de avaliação constantes do presente diploma, propor a frequência de uma instituição de Educação Especial" (Art. 7º).

E ainda que "os pais ou encarregados de educação podem solicitar a mudança de escola onde o aluno se encontra inscrito" (art. 8º).

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Após uma leitura verifica-se que Portugal, nos dias de hoje está enquadrado em princípios baseados na inclusão no que diz respeito à Educação Especial.

Um marco importante na evolução da educação em Portugal foi em 1974 com o surgimento de escolas particulares para assistência a indivíduos com deficiência mental.

A Lei de Bases do Sistema Educativo 46/86 de 14 de Outubro também teve o seu contributo no sentido de responsabilizar a escola e o professor pelo desenvolvimento de estratégias que visassem a integração e o ensino a todos os indivíduos, inclusive com NEE.

É perceptível, de igual forma, a importância que o D.L. 3/2008 teve na evolução das NEE. Este possibilita que:

- O direito de educação especial ao ensino particular, cooperativo e pré-escolar se estenda;
- As dúvidas relativas à legislação anterior no que concerne à indispensabilidade da normalização dos instrumentos de certificação de estudos se esclareçam;
- O papel dos Encarregados de Educação se clarifique, fortificando o seu papel na referenciação, avaliação e planificação;
- Se exponha a necessidade de que nos Projetos Educativos dos Agrupamentos sejam mencionados os aspetos organizacionais relativos aos apoios destinados às crianças com NEE.

No entanto considera-se que a existência da legislação por si só não basta, para que a inclusão sejam uma realidade vivida nas escolas é necessário dá-la a conhecer, assim como sensibilizar a sociedade para a sua importância.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Capítulo II - Abordagem teórico/conceptual sobre Educação Inclusiva

Neste segundo capítulo, pretende-se fazer uma revisão da literatura estabelecendo-se a matriz teórica que irá orientar o tema de estudo. Inicia-se com uma explicação dos conceitos utilizados neste estudo, tais como, *Educação, Necessidades Educativas Especiais, Escola Inclusiva, Inclusão e Educação Inclusiva*.

2.1. Conceito de Educação

Durkheim (2001) concebia a educação “como a acção exercida pelas gerações adultas sobre as que não estão ainda maduras para a vida social”.

O Conceito de Educação é um conceito difícil de definir, pelas alterações que tem sofrido ao longo dos tempos. A educação pode ser definida como sendo o processo de socialização dos indivíduos.

A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderem assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. (Paulo Freire, 2000)

A educação é um direito humano, fundamental e indisponível que deve beneficiar todas as pessoas mesmo que estas tenham algum tipo de deficiência sem que seja discriminada pela sociedade em que está inserida. No dizer de Paulo Freire, 2000 não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio.

2.2. Necessidades Educativas Especiais e Escola Inclusiva

A diversidade e a inclusão são temas de constantes debates no mundo atual.

“Dar atenção à Diversidade” é acreditar que todas as crianças sejam qual for o seu estado socioeconómico, classe social, sexo, crença religiosa, capacidade, cultura ou língua, pertencem à comunidade. O ato de incluir facilita criação de uma sociedade mais

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

forte e resiliente. Uma sociedade que respeite todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças.

O adjetivo "inclusivo" é usado quando se procura qualidade para todas as pessoas, quer elas tenham ou não deficiência.

A ideia de uma sociedade inclusiva é fundamentada numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade.

A escola é o primeiro local onde as crianças estabelecem laços afetivos entre pares, aprendem a relacionar-se umas com as outras, dececionam-se, aprendem a estabelecer estratégias tanto a nível emocional, afetivo, relacional e de aprendizagem.

Foi nos anos 70 que se abordou pela primeira vez o conceito de Necessidades Educativas Especiais., no Warnock Report – *Report of the Warnock Committee of Enquiry into the Education of Handicapped Children and Young People*, no Reino Unido, e no Public Law 94/142 nos Estados Unidos da América.

O Relatório de Warnock (1978) refere-se a um desfasamento entre o nível de realização da criança e o que dela é esperado. Como forma de atenuar o desfasamento, apresenta três tipos de necessidades educativas especiais:

- a) A necessidade de se encontrarem meios específicos de acesso ao currículo;
- b) A necessidade de lhe ser facultado um currículo especial ou modificado;
- c) A necessidade de dar uma especial atenção à estrutura social e ao clima emocional na qual a educação decorre.

Estes três tipos de necessidades educativas especiais, não correspondem a agrupamentos de alunos, mas sim aos meios e estratégias de apoio à educação para que se possam vencer as dificuldades escolares desse conjunto tão vasto de alunos (Cónego, 1999).

Podemos assim dizer que o conceito de NEE não está ligado às patologias, mas sim às diferentes necessidades de atendimento e intervenção educativa, não só em termos

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

escolares mas em relação a todos que de alguma forma participam na educação da criança.

O conceito de NEE é retomado na Declaração de Salamanca, e redefinido como abrangente de todas " *as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais em determinado momento da sua escolaridade*", incluindo nesta definição as "*crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais*" (Declaração de Salamanca, 1994).

Esta noção de NEE., remete-nos para a existência de um contínuo de serviços educativos para crianças e jovens com NEE, num meio o menos restritivo possível. O meio menos restritivo possível apela à colocação destes alunos tendo em consideração as suas características e necessidades concretas, num *ambiente o mais normal possível*, de modo a que lhes seja proporcionada uma educação apropriada (Correia, 2000).

Segundo Bénard da Costa (2005), a nova perspetiva "*escola inclusiva*" foi o grande legado da Declaração de Salamanca, na medida em que "*questiona todo o sistema de ensino e todos os seus intervenientes tendo em vista uma escola que responda da melhor forma a todos os alunos e que contribua para uma sociedade solidária e também ela inclusiva*".

Em 1982, as escolas especiais atendiam 79% crianças e jovens sinalizados por alguma dificuldade ou necessidade especial, enquanto nas escolas do ensino regular eram apenas 21% das crianças. Mas a situação altera-se e em 95/96 as escolas especiais só atendiam 20,4%, enquanto as escolas regulares atendiam 79,6% (Bairrão, 1998).

Com a publicação do Decreto-lei 319/91, o encaminhamento destas crianças só seria feito para as escolas especiais quando todas as outras medidas estivessem esgotadas.

Segundo Correia (2003) uma escola inclusiva é uma escola onde toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até ao limite das suas capacidades.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

O processo de “acolhimento” das crianças com deficiência no sistema de ensino regular, foi moroso e passivo de grandes alterações, que ainda hoje se fazem sentir.

A inclusão é mais do que um juízo de valor; é uma forma de melhorar a qualidade de vida, onde a educação pode desempenhar um papel fundamental ao oferecer as mesmas oportunidades e idêntica qualidade de meios a todo aquele que chega de novo. Trata-se de dar opções, de dar lugar, de oferecer recursos e de melhorar a oferta educativa em função das necessidades de cada indivíduo, sem permitir a exclusão e oferecer como segunda oportunidade a integração escolar (Correia, 2003).

A educação inclusiva baseia-se em acolher todos, comprometendo-se a fazer qualquer coisa que seja necessária para proporcionar a cada aluno da comunidade e a cada cidadão de uma democracia, o direito inalienável de pertença a um grupo, a não ser excluído.

A filosofia da Inclusão acarreta, por um lado, um conjunto de mudanças radicais no sistema de ensino mas por outro, traz vantagens não só para os alunos com NEE, mas para toda a comunidade escolar.

A finalidade das escolas inclusivas centra-se em criar um sistema educativo que possa fazer frente às necessidades dos alunos. Isto implica respeitar a individualidade e desenvolver uma cultura de colaboração, facilitando assim a aprendizagem profissional de todos os professores e aumentando a igualdade de oportunidades como meio para conseguir uma melhoria educativa.

O direito à inclusão sucede como um princípio fundamental intrínseco ao exercício da cidadania, promovendo a coesão e o desenvolvimento da sociedade (Reis e André, 2004). Para fomentar os processos de inclusão serão necessárias formações, espaços a transformar, recursos a adquirir, vontades a mobilizar e o estabelecimento de parcerias.

A inclusão não traduz tratamento igual para todos, anulando as diferenças, mas sim o atender às características de cada um, porque o esforço de normalizar uma criança pode ser tão ou mais violento que a exclusão (Lima, 2007).

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

A medida educação especial consiste num conjunto de procedimentos pedagógicos que visam o atendimento educativo dos alunos que precisam de um currículo escolar próprio (adaptado), de uma aprendizagem de técnicas específicas que lhes permita o acesso ao currículo regular, de uma aprendizagem sistematizada de competências, que promova a sua autonomia e integração social e, também, de um Currículo Alternativo (Decreto-Lei 319/91) (com o novo Dec-Lei 3/2008 este currículo passou a designar-se como Currículo Específico Individual).

Cada aluno pode usufruir de uma ou mais destas medidas de acordo com o problema concreto e a sua semelhança com as do regime educativo comum (Decreto-Lei 319/91). No entanto, a medida ensino especial tem obrigatoriamente de ser tomada a partir dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), ou, se estes não existirem, tem de ser designada uma equipa pelo Órgão de Gestão e Administração da Escola, com a função de analisar o caso concreto, dando lugar a uma proposta formal, efetivada num Plano Educativo Individual (PEI), que deve ter os seguintes componentes (Artigo nº 15 do D.L.nº 319/91).

2.3. Tipos de Necessidades Educativas Especiais

2.3.1. NEE permanentes

As NEE permanentes são aquelas que acompanham o indivíduo durante toda a sua vida, ou seja, “são aquelas em que a adequação/adaptação do currículo é generalizada, numa ou mais áreas académicas e socio emocionais, e objeto de avaliação sistemática, dinâmica e sequencial de acordo com os progressos do aluno no seu percurso escolar” (Correia, 2009, p.46). Os problemas de desenvolvimento nestes casos são causados por problemas orgânicos, funcionais ou por profundos défices socioculturais e económicos. Estes alunos apresentam “problemas do foro sensorial, intelectual, processológico, físico, emocional e quaisquer outros problemas ligados ao desenvolvimento e à saúde do indivíduo” (Correia, 2009).

As NEE de cunho intelectual, são relativas às crianças e jovens que apresentam deficiência mental ou outro tipo de problemas intelectuais que lhe provocam graves dificuldades quer na aprendizagem escolar, quer nas outras aprendizagens da vida quotidiana. No caso das NEE de carácter processológico, elas provocam problemas na

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

“recepção, organização e expressão de informação” (Correia, 2009). Estes alunos “são geralmente designados por alunos com dificuldades de aprendizagem específicas” (Correia, 2009, p. 46).

Relativamente às NEE de carácter emocional, nestas “enquadram-se todos os alunos cuja problemática emocional ou comportamental elicia comportamentos que levam à disrupção dos ambientes em que eles se inserem” (Correia, 2009).

Nas NEE de carácter físico e de saúde, enquadram-se todos os alunos com problemas motores, sensoriais e outros problemas de saúde que possam causar insucesso escolar.

Concluindo, segundo Correia (2009), estão englobados nas NEE permanentes os alunos:

- cegos e amblíopes/visão reduzida, surdos e hipoacúsicos;
- com deficiência mental;
- com dificuldades de aprendizagem;
- com paralisia cerebral, spina bífida, distrofia muscular e outros problemas motores;
- com perturbações do espectro autista;
- com psicoses e outros comportamentos graves;
- que apresentam desordem por défice de atenção/hiperatividade;
- com SIDA, diabetes, asma, hemofilia, problemas cardiovasculares, cancro, epilepsia e outros problemas de saúde;
- que sofreram um traumatismo craniano. (p.47)

2.3.2. NEE temporárias

As NEE temporárias, “são aquelas em que a adaptação do currículo escolar é parcial e se realiza de acordo com as características do aluno, num certo momento do seu percurso escolar” (Correia, 2009). Este tipo de perturbações, contrariamente às

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

permanentes, não acompanha o indivíduo por toda a vida, manifestando-se apenas num determinado momento da sua existência. Estão, por norma, relacionadas com problemas de leitura, escrita ou cálculo, ou com pequenos problemas ao nível do desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico ou socio emocional. Para responder a esta situação, é necessário que exista uma adequação do currículo, utilizando uma pedagogia diferenciada, de modo a estimular o funcionamento cognitivo do aluno, com vista à superação das suas dificuldades. “Deste modo, os objectivos educacionais para as crianças com NEE ligeiras devem ser os mesmos que os definidos para as outras crianças: melhorar a sua cognição e a sua capacidade de resolução de problemas enquanto sujeitos da aprendizagem” (Correia, 2009).

Quer as crianças com NEE permanente como as que têm NEE temporárias trazem diversos desafios a uma sociedade inclusiva.

Começando pelo facto de terem de ajustar planos individuais de aprendizagem para os mesmos.

As crianças com NEE permanente necessitam, na sua maioria, na escola, além de plano específico de aprendizagem de um auxiliar que acompanhe em todo o percurso, em todas as tarefas.

Estas crianças vão ser independentes de terceiros, vão encontrar obstáculos na área da empregabilidade. Aqui está um grande desafio para a sociedade.

É necessário alertar quem os rodeia de que são crianças como qualquer outra, que deve ter o mesmo direito perante a sociedade.

As crianças com NEE temporária necessitam, de igual forma, um plano de aprendizagem específico mas apenas durante certo momento do seu percurso escolar.

Também para estas crianças é necessária uma atenção especial, no entanto não é necessário que sejam permanentemente acompanhados por auxiliares.

Estas crianças têm fichas de avaliação de acordo com as dificuldades que apresentam.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Terão mais facilidade no acesso a emprego, no entanto, terão que trabalhar para se assumirem e demonstrarem o seu devido valor. Este ponto é mais um desafio que a sociedade tem de trabalhar de encontro com a inclusão.

2.4. Educação Inclusiva

“Se queremos tornar a escola mais eficaz, devemos opor-nos aos problemas com continuidade e paciência, renunciar aos efeitos imediatos e ao pensamento mágico, compreender que a reforma da escola não é uma guerra - relâmpago, mas uma longa caminhada.” (Azevedo, 2003)

Atualmente, a educação inclusiva é um dos maiores desafios do sistema de ensino. Durante a década de 70 do século XX, os princípios da Educação Inclusiva, começam a estar na base dos projetos educativos, mas foi sem dúvida a Declaração de Salamanca que proclamou o princípio da educação inclusiva. Pode-se ler, no capítulo 18º do Enquadramento da Ação da referida Declaração (1994, p.17) o seguinte: “A política educativa, a todos os níveis, do local ao nacional, deverá estipular que uma criança com deficiência frequente a escola do seu bairro, ou seja, a que frequentaria se não tivesse uma deficiência (...)”.

“A educação inclusiva tornou-se a fórmula mais simples e mais impressiva para designar oportunidades de socialização, de aprendizagem, de aproveitamento de talentos potenciais, na escola como na sociedade” (Macedo, 1999). Torna-se porém evidente que esta realidade só se tornará possível, se existir “uma concertação de políticas que envolvam o conjunto dos parceiros sociais.” (Macedo, 1999)

A educação inclusiva decorre de um modo direto da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Citando Luís Miranda Correia (2009), o conceito de educação inclusiva, está baseado numa série de princípios como os que seguidamente se apresentam:

- todos os alunos, designadamente os alunos com NEE, independentemente da sua raça, condição linguística ou económica, sexo, orientação sexual, idade,

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

capacidades de aprendizagem, estilos de aprendizagem, etnia, cultura e religião, têm o direito a ser educados em ambientes inclusivos;

- todos os alunos com NEE são capazes de aprender e de contribuir para a sociedade onde estão inseridos;
- todos os alunos com NEE devem ter acesso a serviços e apoio especializados, quando deles necessitarem, que se traduzem em práticas educativas ajustadas às suas capacidades e necessidades;
- todos os alunos com NEE devem ter oportunidade de trabalhar em grupo e de participar em atividades extra-curriculares e em eventos comunitários, sociais e recreativos;
- todos os alunos com NEE devem ter acesso a um currículo diversificado;
- todos os alunos, designadamente os alunos com NEE, devem ser ensinados a apreciar as similaridades do ser humano. (p.17)

A educação inclusiva “é a transformação do sistema educacional, de forma a encontrar meios de alcançar níveis que não eram contemplados” (Ainscow, 2010). Segundo o mesmo autor, a inclusão, é um sistema constituído por três partes distintas: a presença do aluno na escola regular, (que não é por si só suficiente); a participação do aluno, pois este pode estar presente na escola e não participar, “é preciso, então, dar condições para que o aluno realmente participe das actividades escolares” (Ainscow, 2010). E finalmente é necessário que exista aquisição de conhecimentos. “O aluno pode estar presente na escola, participar e não estar a aprender” (Ainscow, 2010).

“A essência da educação inclusiva consiste no direito humano à educação. Uma consequência lógica destes direitos é que todas as crianças têm o direito de receber o tipo de educação que não as discrimine seja por que razão for, tal como casta, etnicidade, religião, situação económica, estatuto de refugiado, língua, género, deficiência, etc. e que cabe aos Estados, tomar as medidas necessárias para implementar esses direitos em todos os ambientes educativos.” (UNESCO, 2004)

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Pode-se, assim, dizer que a educação inclusiva, vai muito para além do que acontece na escola e do facto de o aluno frequentar ou não uma escola regular, antes, “a educação inclusiva como um direito humano assume, assim, uma dimensão que ultrapassa o sector educativo, para alargar a toda a sociedade, contribuindo para que esta seja igualmente inclusiva e solidária” (Costa, 2006).

“A educação só pode ser para todos e para cada um se eficaz no combate à desvantagem para quem quer que seja” (Serra, 2002).

2.5.A importância da utilização de estratégias inclusivas

Toda a escola que pretenda seguir uma política de educação inclusiva, deve fomentar a prática de estratégias que respeitem a diferença e que contribuam para o sucesso escolar de todos os alunos. Deve procurar, sem qualquer tipo de discriminação, a qualidade académica acessível a todos os alunos, independentemente das suas características e dificuldades.

É inevitável que “a educação inclusiva só existe se forem introduzidas nas salas de aula estratégias e práticas diferentes daquelas que tradicionalmente se praticam” (Sanchez, 2005). Estas práticas dependem sobretudo da atitude, da competência e das capacidades dos professores, para porem em prática estratégias que respondam às necessidades dos alunos com que trabalham diariamente.

Quando são postas em prática estratégias inclusivas na sala de aula, não se olha para o aluno de forma isolada, mas importa sobretudo apoiar todos os alunos e criar um ambiente positivo de aprendizagem para todo o grupo. “Uma perspectiva inclusiva altera o foco do individual para o contexto” (Moen, 2007). Para que se consiga alcançar este objetivo “as práticas devem promover a comunhão, facilitar a amizade e colaboração” (Soodak, 2003).

Com base nos critérios estabelecidos pela “Plataforma Ciutadana per una Escola Inclusiva” (2004), pode-se afirmar que as boas práticas no que respeita a estratégias inclusivas, são aquelas que:

- ✓ Incluem todos os alunos;

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"
(Maria Tereza Mantoan, 2003)

- ✓ Promovem uma cultura de escola inclusiva;
- ✓ Realizam um trabalho colaborativo eficiente entre os agentes educativos;
- ✓ Usam recursos diversificados e estratégias educacionais diversificadas;
- ✓ Têm um modelo organizacional flexível;
- ✓ Têm uma programação sistemática e específica;
- ✓ Realizam avaliação sistemática do progresso dos alunos em várias áreas (cognitiva, emocional, social, relacional, etc.) e propõem medidas para superar as dificuldades;
- ✓ Promovem atividades extracurriculares;
- ✓ Valorizam a colaboração com a comunidade.

Segundo um relatório de 2003 da Agência Europeia para o Desenvolvimento em NEE, baseado em diversas investigações realizadas por este organismo, são vários os factores basilares na prática de estratégias inclusivas: o ensino e a aprendizagem cooperativos, a resolução de problemas em colaboração, grupos heterogéneos e ensino efetivo.

É de importante que exista heterogeneidade no grupo onde a criança está inserida e esta heterogeneidade pode ser de vários níveis: género, raça, idade, grupo social, personalidade, capacidades de aprendizagem, entre outros. Para que possa existir uma escola inclusiva, é fundamental que haja diversidade, é importante que desde cedo a criança se habitue a conviver com a diferença. “A lógica das semelhanças é a lógica das classes; a lógica das diferenças é a lógica das relações” (Macedo, 2005).

Pode-se concluir que a escola inclusiva, “envolve processos de melhoria da participação dos alunos; envolve a reestruturação das culturas, políticas e práticas; preocupa-se com a melhoria das Escola (...) olhando a diversidade como um recurso enriquecedor, constituindo-se como um suporte à aprendizagem de todos”. (Booth e Ainscow, 2000).

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Após uma leitura percebe-se que a inclusão é uma temática bastante presente na sociedade atual e que ainda é preciso trabalhar para dar a conhecer a sua verdadeira essência.

Para isso elaborou-se um inquérito por questionário a fim de obter respostas às questões que mais preocupam.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo III – Percorso metodológico

“A investigação científica é em primeiro lugar um processo, um processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação” (Fortin, 2003).

3.1. Metodologia de Investigação

Qualquer estudo académico, seja qual for o tema, obriga ao recurso de métodos e técnicas de investigação que lhe dêem fiabilidade.

No decorrer deste estudo foram várias as possibilidades metodológicas com que nos deparamos, contudo tivemos que seleccionar aquela que nos pareceu mais adequada.

As opções metodológicas em qualquer investigação estão associadas às características do seu próprio objeto de estudo (Silva, 2008). Sendo assim, tendo em conta os objetivos supramencionados, optou-se por elaborar um estudo assente no método quantitativo.

3.2. Problemática e questão de partida

Qualquer investigação deve ser orientada segundo uma questão inicial, com a qual o investigador define de forma mais clara o que pretende saber com o seu estudo.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2003) a pergunta de partida tem um papel fundamental para todo o trabalho de investigação, pois através desta o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível aquilo que procura saber.

Assim sendo, para circunscrever a determinação da nossa pesquisa, elaborou-se a pergunta de partida que servirá de referência para a realização deste projeto de graduação: Que conhecimento existe sobre o conceito Necessidade Educativa Especial?

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Para clarificar esta questão foi realizado um inquérito por questionário a jovens com idade compreendida entre os 15 e 25 anos e adultos com idade compreendida entre os 26 e 60 anos, do concelho de Ponte de Lima.

Esta escolha incidiu em jovens e adulto pelo facto de a educação ter evoluído e as faixas etárias acima descritas terem tido formas de conviver e aprender nas escolas distintas possa levar a que as opiniões acerca das NEE sejam diferentes. Estas opiniões podem ir de encontro à educação quer na escola quer em casa que cada faixa etária teve, assim como a forma como veêm a inclusão e as crianças ditas “diferentes”, ou seja, pode influenciar a cultura, o preconceito, a educação mas também escola em que estão inseridos e, no caso dos adultos, na área em que estão a trabalhar.

Ao formular a nossa pergunta de partida procurou-se que esta preenchesse os requisitos pretendidos (exequível, pertinente e clara), para que houvesse um suporte consistente, isto é, o fio condutor indispensável para a elaboração de todo o projeto.

3.3. Objetivos

Para que, em todos os trabalhos de investigação, se adquiram conhecimentos acerca do porquê do estudo em causa e se confira valor, interesse e pertinência ao mesmo, é necessário estabelecer objetivos.

“O objetivo é um enunciado que indica claramente o que o investigador tem intenção de fazer no decurso do estudo” (Fortin, 1999).

Assim, no estudo empírico deste projeto definiu-se como objetivo compreender e conhecer as perceções de adultos e jovens relativamente à Educação Inclusiva.

Assim, pretendeu-se responder a noção de NEE, assim como exemplos e como se sentiriam os inquiridos em relação à inclusão das crianças com dificuldades de aprendizagens.

Para além destas preocupações, surgiu a curiosidade em saber a opinião dos inquiridos no que diz respeito à forma como a escola e os professores devem/deveriam proceder perante crianças com NEE.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

O facto de se ter lido o livro “Não os desiludas” de Manuela Castro Neves (2011) e “A criança que não queria falar” de Torey Hayden (2007) despertou o interesse em trabalhar a temática Necessidades Educativas Especiais. Cruzando as leituras com as respostas dos inquiridos será favorecida a interpretação dos resultados.

3.4. Justificação da Amostra

Um aspeto fundamental para que se possa conseguir realizar qualquer tipo de estudo, é a definição da população alvo, ou seja, qual é o grupo de pessoas que vai ser estudado.

Escolheu-se para amostra 25 adultos e 25 jovens do concelho de Ponte de Lima pelo facto de ser a área geográfica em que o estágio se desenvolveu e para se poder comparar as opiniões dos dois grupos etários diferentes.

Foi uma amostra por conveniência, ou seja, os elementos foram escolhidos por uma questão de conveniência.

Este tipo de amostragem não é representativo da população.

Deste modo, o processo amostral não garante que a amostra seja representativa, pelo que os resultados desta só se aplicam a ela própria.

O número não permite criar regularidades, mas elementos de reflexão que gostaríamos fossem alavancas para progredir sobre esta matéria.

Pode ser usada com êxito em situações nas quais seja mais importante captar ideias gerais, identificar aspetos críticos do que propriamente a objetividade científica.

3.5. Instrumentos de recolha de dados

Independentemente da metodologia escolhida para a realização de uma investigação, esta terá sempre características teórico-empíricas.

Em investigação existem dois métodos que orientam o desenvolvimento do conhecimento científico, sendo eles o método qualitativo e quantitativo.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

“O método de investigação quantitativo é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objectivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador.”
(Fortin, 1999)

Assim, optou-se então por enveredar, fundamentalmente, por uma abordagem quantitativa por considerarmos o mais adequado face aos objectivos traçados.

Também se considera este estudo um estudo exploratório-descritivo.

Segundo Fortin (1999), num estudo de cariz exploratório-descritivo, a descoberta de factores consiste em descrever, nomear ou caracterizar um fenómeno, uma situação ou um acontecimento, de forma a torná-lo conhecido. Assim, o objetivo é prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa.

É apropriado para os primeiros estágios da investigação, pode resultar em maior familiaridade, conhecimento e compreensão do fenómeno estudado.

Considera-se um estudo exploratório-descritivo por se ter como objetivo a descoberta de ideias e dados sobre a temática, e pelo facto de coletar dados primários e secundários, ou seja, uma pesquisa-piloto.

3.5.1. Inquérito por questionário

Fortin (1999) refere que o questionário é um instrumento de medida que traduz os objetivos de um estudo com variáveis mensuráveis, que ajuda a organizar os dados, para que as informações pretendidas possam ser colhidas de forma rigorosa.

Quivy et al (1998) consideram como principais vantagens: a possibilidade de quantificar um grande número de dados e de proceder a numerosas análises, a representatividade ser facilmente satisfeita.

Desta forma, em termos de técnicas de investigação social, será utilizado na investigação um inquérito por questionário de resposta fechada, sendo entregue em mão pelo inquiridor, de forma a possibilitar que o investigador esclareça adequadamente os inquiridos sobre os objetivos da investigação.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Para além dos dados biográficos foram colocadas as seguintes questões, tendo sido escolhidas para se tentar dar resposta à pergunta de partida.

A maioria das questões tinham como opção de resposta uma escala de 1 a 4, em que 1 corresponde a Discordo completamente 2 - Discordo 3 - Concordo 4 - Concordo plenamente.

- 1- As necessidades dos alunos com NEE a nível cognitivo e motor são melhor satisfeitas quando recebem apoio na sala de aula.
- 2- Quando o aluno apresenta melhores resultados é porque há um maior empenho por parte dos professores.
- 3- Os alunos com Necessidades Educativas Especiais devem ter um acompanhamento extra-curricular.
- 4- Os professores que lecionam turmas com alunos com NEE devem ter especialização na área de intervenção.
- 5- Os alunos ditos “normais” são prejudicados quando existem na turma alunos com NEE.
- 6- Os professores de Educação Especial têm melhor preparação do que os professores do ensino regular para trabalhar com crianças com NEE.
- 7- Deve ser elaborado um plano individual que dê resposta às necessidades próprias de cada aluno com NEE.
- 8- A elaboração e implementação dos programas educativos individuais devem ser feitas em conjunto pelo professor da turma e de Educação especial.
- 9- É possível ensinar alunos com currículo normal e alunos com currículo diferenciado na mesma sala de aula.
- 10- Considera que a escola faz com que todos os alunos com dificuldades de aprendizagem se sintam bem-vindos.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

- 11- Considera que os alunos sem dificuldades de aprendizagem ajudam os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 12- Considera que os diferentes elementos do pessoal educativo colaboram na intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 13- Considera que o pessoal educativo respeita os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 14- Considera que o pessoal educativo e a gestão articulam esforços na intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 15- Considera que as diferentes comunidades locais estão envolvidas na inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 16- Considera que existem expectativas elevadas em relação a todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 17- Considera que o pessoal educativo, os órgãos de gestão, os alunos e os pais/encarregados de educação partilham de uma filosofia de inclusão.
- 18- Todos os alunos com dificuldades de aprendizagem são valorizados de igual forma.
- 19- Considera que o pessoal educativo se esforça por remover todas as barreiras à participação dos alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 20- Considera que a escola se esforça por minimizar todas as formas de discriminação.
- 21- Considera que os trabalhos de casa contribuem para os processos de aprendizagem de todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- 22- Considera que todos os alunos com dificuldades de aprendizagem participam em atividades realizadas fora do contexto de sala de aula.
- 23- Considera que a diferença, inerente aos alunos dificuldades de aprendizagem, é utilizada como um recurso para o ensino e aprendizagem.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

24- O que entende por Necessidades Educativas Especiais?

25- Dê exemplos de tipos de Necessidades Educativas Especiais.

26- Em geral como se situaria em relação à inclusão das crianças com dificuldades de aprendizagem? Qual a sua opinião?

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Capítulo IV – Discussão dos dados e resultados

4.1.Recolha, análise e interpretação de dados

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos através da análise dos questionários.

Relativamente aos questionários, numa primeira parte serão apresentados os dados referentes à caracterização da amostra. Na segunda parte, serão apresentadas as respostas às questões.

Os dados recolhidos através dos questionários serão apresentados através de gráficos correspondentes a cada questão, para que se torne mais fácil a sua leitura e interpretação.

4.1.1. Recolha de dados e análise dos dados

O inquérito permitiu realizar comparações entre as respostas dadas nos vários questionários, dando a possibilidade de tirar conclusões quanto à existência (ou não) de diferenças na opinião dos inquiridos consoante a idade.

Todos os participantes, foram autónomos para decidir livremente quanto à sua participação no estudo, tendo sido também informados acerca dos distintos aspetos do estudo, não sendo em caso algum coagidos a participar. Por outro lado, a todos os participantes foi dada como garantia, o anonimato e a confidencialidade dos dados pessoais por si fornecidos.

Foi elaborado um exemplar de questionário, dirigido a adultos e jovens (ver anexo 1).O inquérito era composto por 33 questões, começando por um enquadramento biográfico.

Após a aplicação e recolha dos questionários, os dados foram tratados estatisticamente, utilizando o SPSS, no qual se procedeu à elaboração de gráficos.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

4.1.2. Apresentação dos resultados

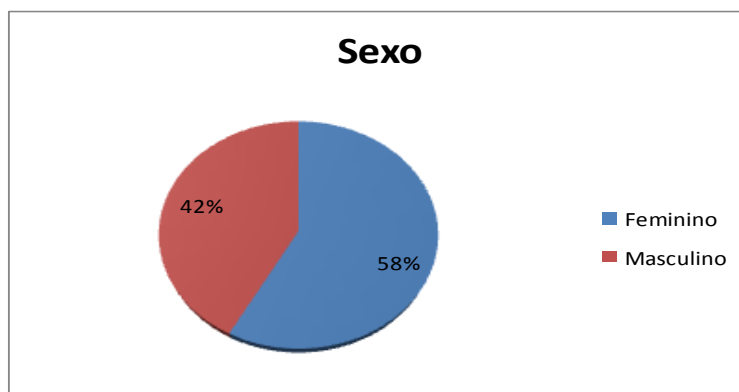


Gráfico1 – Sexo dos inquiridos – Elaboração própria

Conforme podemos observar da análise do gráfico nº1, a maioria dos inquiridos são mulheres, sendo 29 da população inquirida. Os restantes 21 são homens.

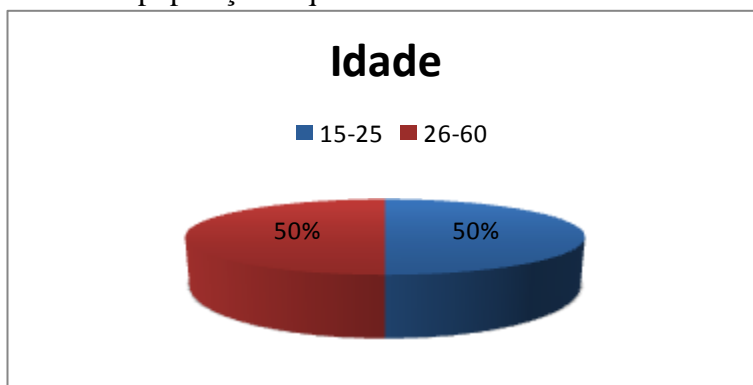


Gráfico2 – Idade dos inquiridos – Elaboração própria

Relativamente à idade dos cinquenta inquiridos, vinte e cinco apresentam idades entre os 15 e os 25 anos, e vinte e cinco apresentam idade entre os 26 e os 60 anos.

Trata-se, assim, de uma amostra igualitária no que diz respeito à faixa etária.

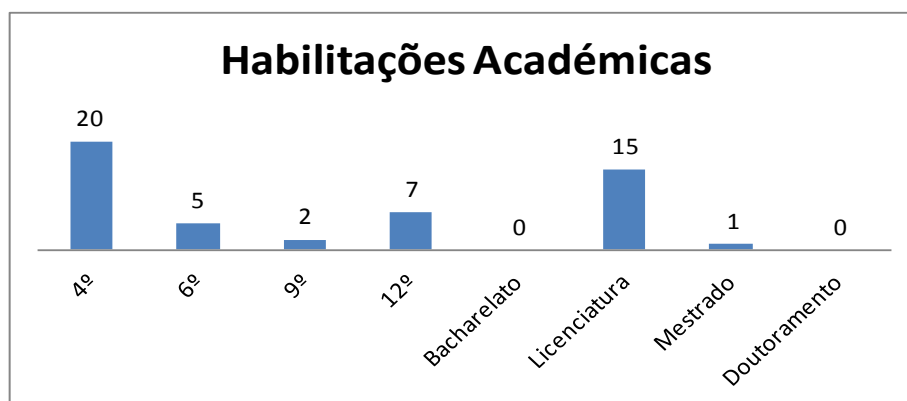


Gráfico3 – Habilitações Académicas dos inquiridos – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Em relação às habilitações académicas dos inquiridos, constatamos que a maioria tem apenas o 4º ano de escolaridade, com 20 inquiridos, 5 têm o 6º ano e 2 o 9º ano.

Com o 12º ano temos 7 inquiridos, nenhum tem Bacharelato nem Doutoramento, 15 com Licenciatura e apenas 1 com o grau de mestre.

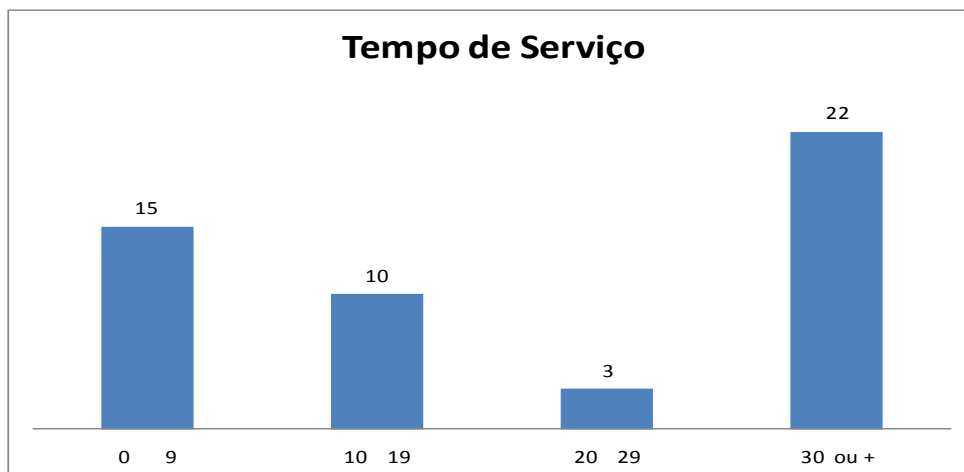


Gráfico 4 – Tempo de Serviço dos inquiridos – Elaboração própria

Relativamente ao tempo de serviço dos inquiridos, pela análise do gráfico pode-se constatar que, a maioria (22) dos inquiridos possui uma larga experiência profissional, sendo de realçar que 15 dos inquiridos têm pouca experiência profissional.

Verifica-se, ainda, que 10 dos inquiridos têm entre 10 a 19 anos de experiência profissional e 3 entre 20 a 29 anos de experiência profissional.

Estes resultados vão de encontro ao número igualitário de inquiridos face à faixa etária.

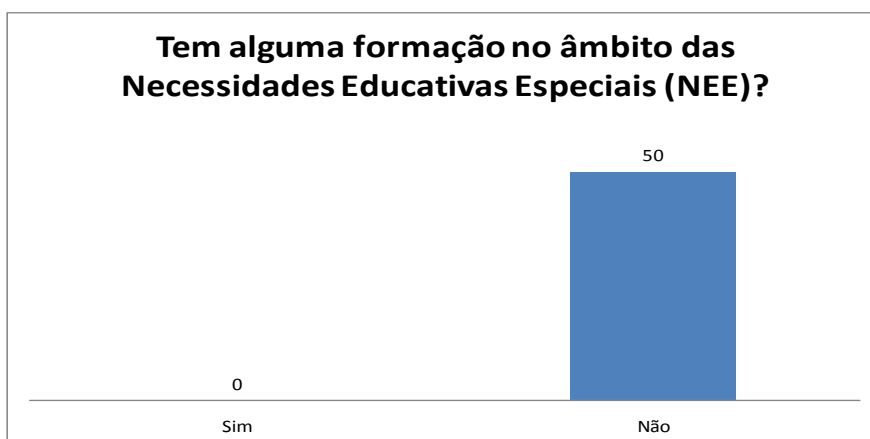


Gráfico 5 – Formação na área das NEE dos inquiridos – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

No que diz respeito à formação, dos inquiridos, na área das NEE é perceptível que nenhum dos inquiridos detém formação nesta área.

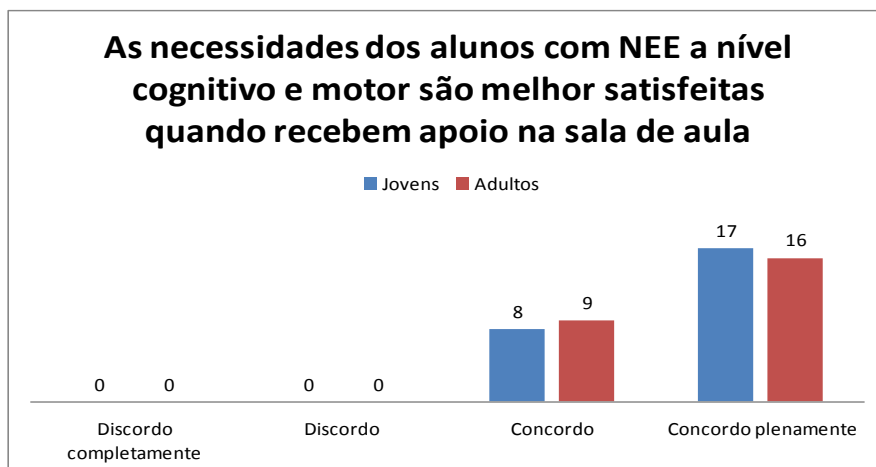


Gráfico 6 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº1 – Elaboração própria

Relativamente às respostas dos inquiridos à primeira pergunta, as respostas são unânimes, sendo que 16 adultos e 17 jovens concordam plenamente que as necessidades dos alunos com NEE a nível cognitivo e motor são satisfeitas quando recebem apoio na sala de aula.

Verifica-se que nenhum inquirido discorda com esta afirmação.

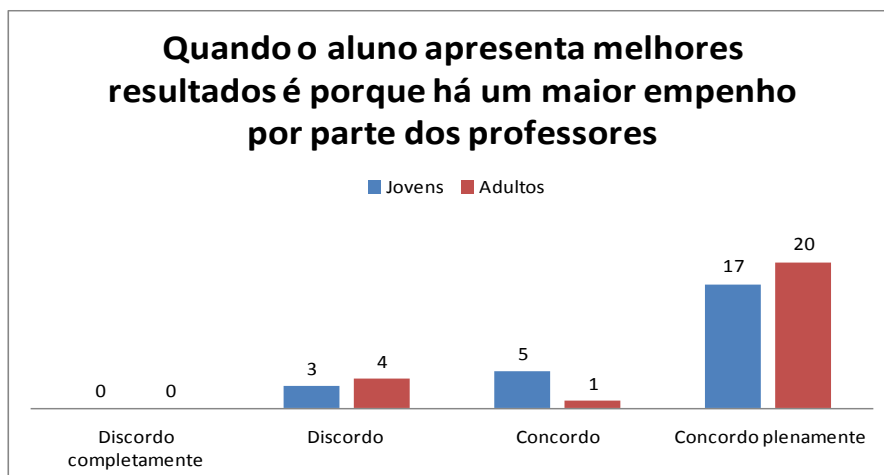


Gráfico 7 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº2 – Elaboração própria

No gráfico 7 verifica-se que as respostas dos inquiridos à segunda pergunta são, na sua maioria, uniformes. Sendo que as respostas variam entre “discordo” e “concordo plenamente”, 4 adultos e 3 jovens discordam que o aluno apresenta melhores resultados porque há um maior empenho por parte dos professores, enquanto que 1 adulto e 5 jovens concordam com a afirmação, 20 adultos e 17 jovens concordam plenamente.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

É possível verificar que não há discrepância entre as respostas dadas pelos adultos e pelos jovens.

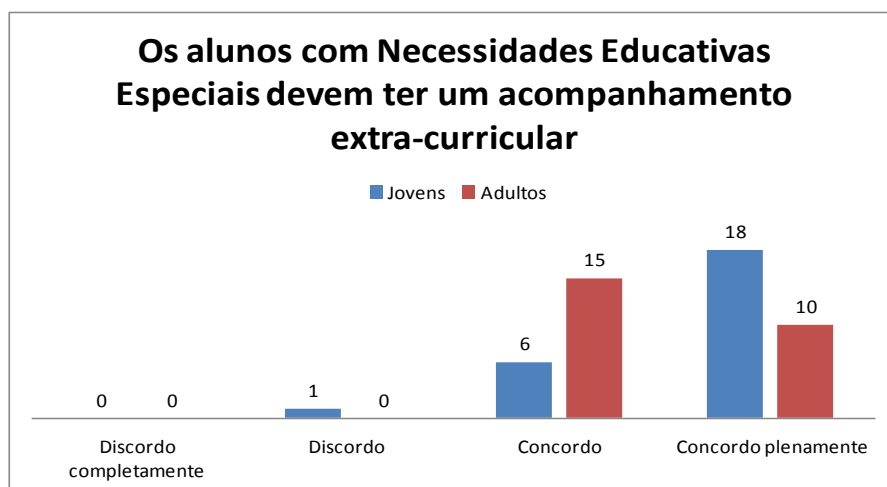


Gráfico 8 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº3 – Elaboração própria

No que diz respeito à terceira pergunta, as respostas dos inquiridos variam entre “discordo” e “concordo plenamente”. Enquanto 1 dos jovens discorda, nenhum adulto discorda. Concordam, com esta afirmação, mais adultos (15) do que jovens (6), no entanto concordam plenamente que os alunos com NEE devem ter um acompanhamento extra-curricular mais jovens (18) que adultos (10).

Neste gráfico verifica-se que as respostas dadas pelos dois grupos etários são diferentes.

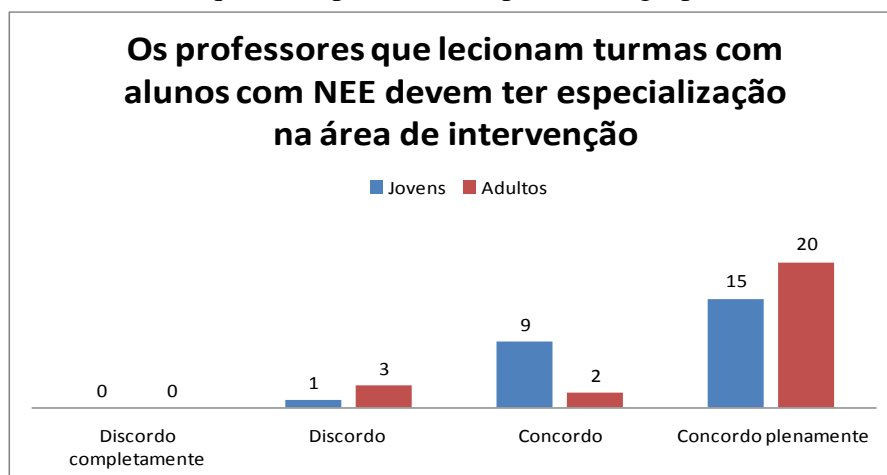


Gráfico 9 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº4 – Elaboração própria

Neste gráfico as respostas dos inquiridos à pergunta 4 variam. A maioria dos adultos concordam plenamente que os professores que lecionam turmas com alunos com NEE devem ter especialização na área de intervenção, apenas 3 discordam com a afirmação e 2 concordam.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

No que diz respeito às respostas dadas pelos jovens, 15 destes concordam plenamente com a afirmação acima referida, 9 concordam e apenas 1 discorda.

Aqui verifica-se que a opinião dos jovens divide-se entre concordo e concordo plenamente.

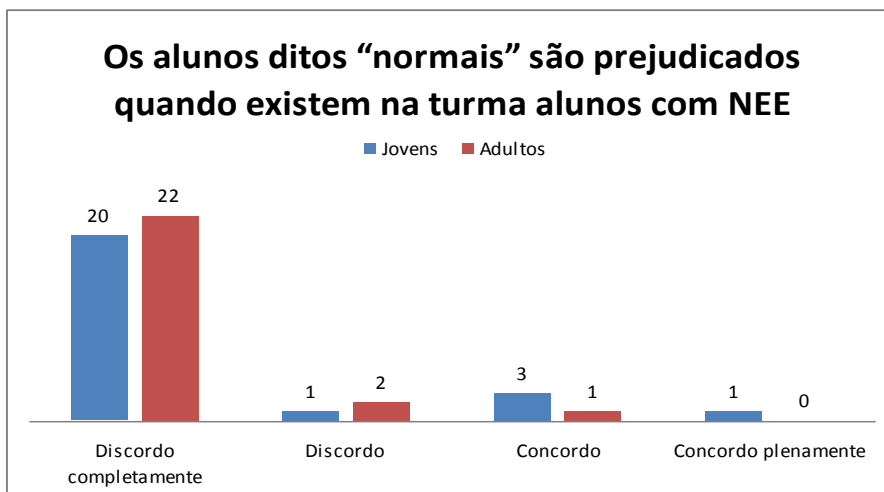


Gráfico 10 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº5 – Elaboração própria

Relativamente às respostas dadas à pergunta 5, é notória a unanimidade na opinião dos adultos e jovens. Verifica-se que 22 adultos e 20 jovens discordam completamente que os alunos ditos “normais” são prejudicados quando existem na turma alunos com NEE.

As respostas dos jovens dividem-se entre “discordo completamente” e o “concordo plenamente”, no entanto apenas 1 concorda plenamente, 3 concordam e 1 discorda.

Quanto às respostas dadas pelos adultos, estas variam entre “discordo completamente” e “concordo”, 2 dos adultos discorda e 1 concorda.

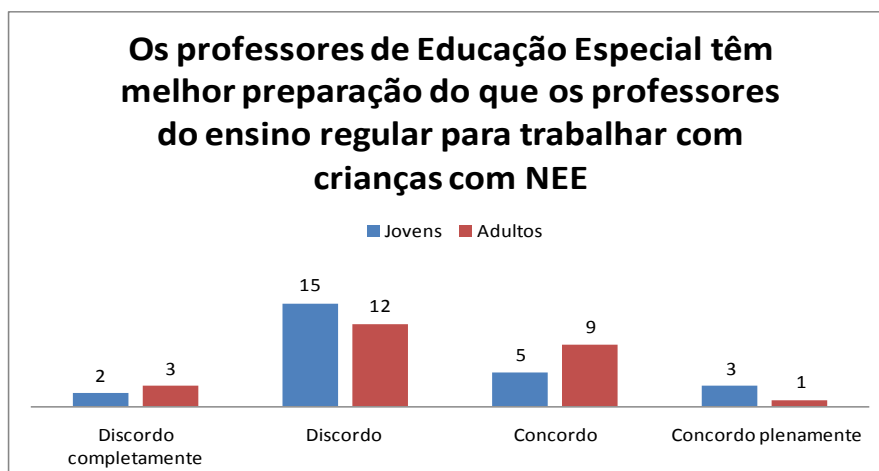


Gráfico 11 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº6 – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

No gráfico 11 as respostas dos inquiridos à pergunta 6 variam entre “discordo completamente” e “concordo plenamente”.

Na maioria as respostas dadas pelos adultos e pelos jovens estão de acordo. 12 adultos e 15 jovens discordam que os professores de Educação Especial têm melhor preparação do que os professores do ensino regular para trabalhar com crianças com NEE, enquanto que 9 adultos e 5 jovens concordam.

Apenas 1 adulto e 3 jovens concordam plenamente e 3 adultos e 2 jovens.

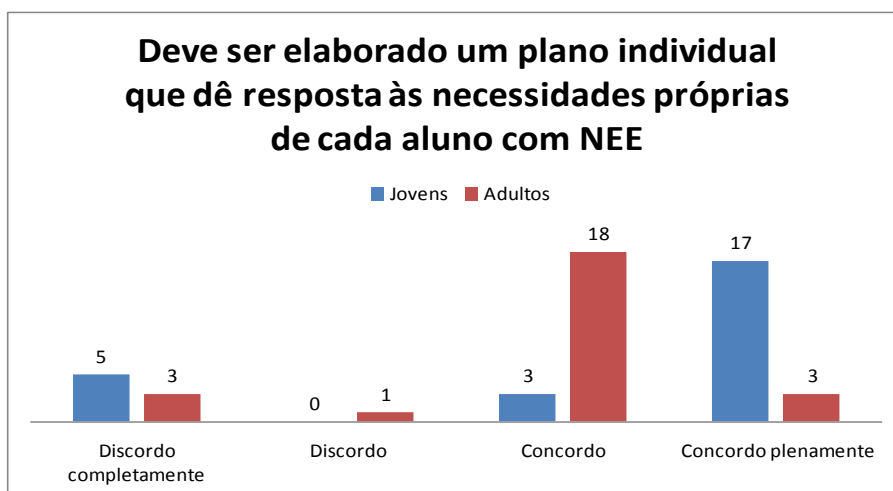


Gráfico 12 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº7 – Elaboração própria

Relativamente às respostas dos inquiridos à sétima pergunta verifica-se uma discrepância entre as respostas dadas pelos adultos e pelos jovens.

Enquanto a maioria dos adultos (18) contra 3 jovens concordam que deve ser elaborado um plano individual que dê resposta às necessidades próprias de cada aluno com NEE, os jovens (17) contra 3 adultos concordam plenamente.

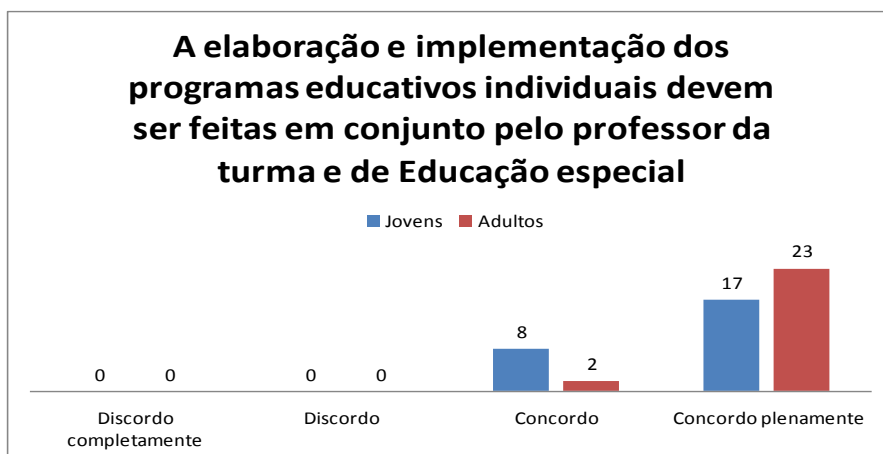


Gráfico 13 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº8 – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

No que diz respeito às respostas dos inquiridos à pergunta 8 as respostas dadas são uniformes. 23 adultos e 17 jovens concordam plenamente que a elaboração e implementação de programas educativos individuais devem ser feitas em conjunto pelo professor de turma e de Educação Especial, enquanto que 2 adultos e 8 jovens concordam.

De salientar que não existem respostas de discordância.

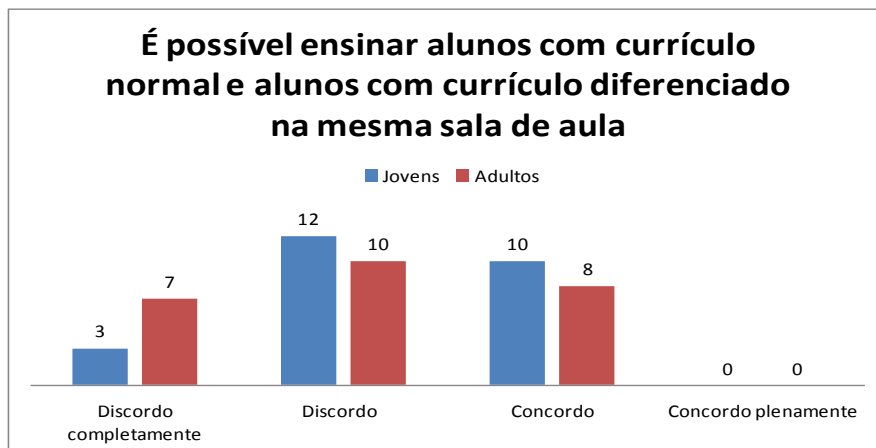


Gráfico 14 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº9 – Elaboração própria

O gráfico 14 dá-nos a conhecer que 7 adultos e 3 jovens discordam completamente que é possível ensinar alunos com currículo normal e alunos com currículo diferenciado na mesma sala, e 10 adultos em conjunto com 12 jovens discordam.

Concordam com a mesma afirmação 8 adultos e 10 jovens, nenhum inquirido concorda plenamente com a afirmação.

De notar que as respostas quer dos adultos quer dos jovens não são unânimes, o número de respostas para cada categoria são muito próximos.

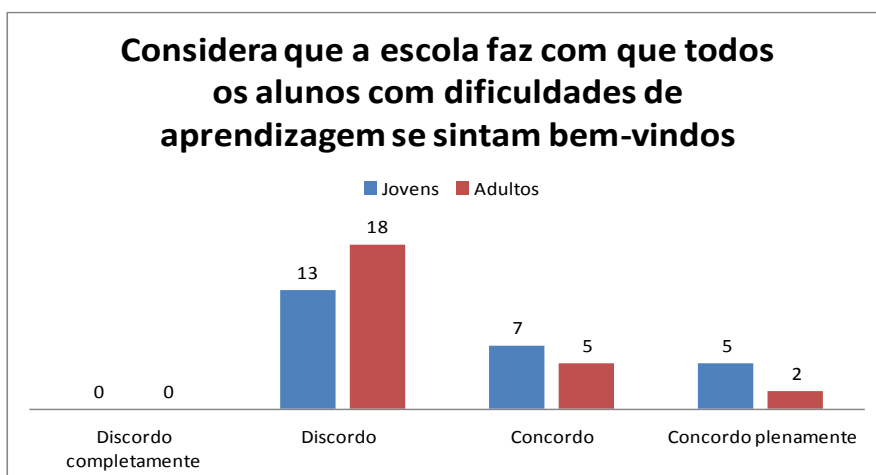


Gráfico 15 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº10 – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Relativamente à pergunta 10, as respostas dos inquiridos variam entre “discordo” e “concordo plenamente”.

A maioria dos adultos (18) discorda que a escola faz com que todos os alunos com dificuldades de aprendizagem se sintam bem-vindos, 5 concordam e 2 concordam plenamente.

No que diz respeito aos jovens, 13 deles discordam, 7 concordam e 5 concordam plenamente.

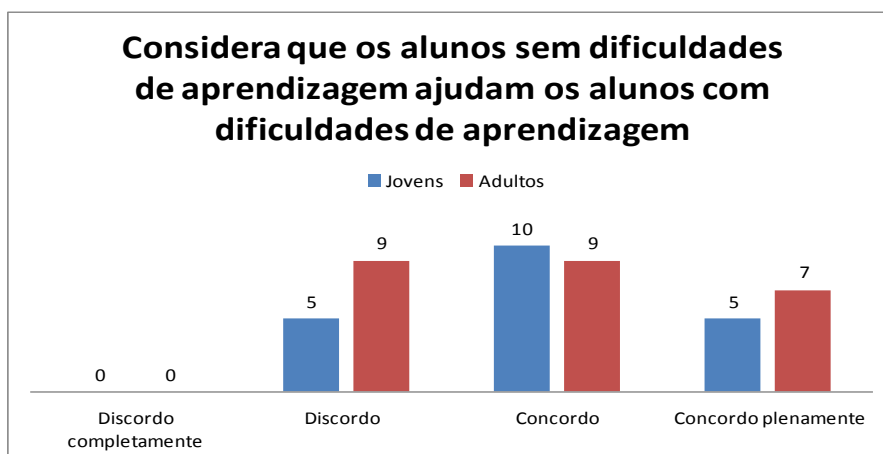


Gráfico 16 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº11 – Elaboração própria

Quanto às respostas à pergunta 11, verifica-se que as respostas dadas pelos adultos decaem quase de igual forma em “discordo”, “concordo” e “concordo plenamente”.

No que diz respeito às respostas dos jovens, 10 concordam que os alunos sem dificuldades de aprendizagem ajudam os alunos com dificuldades de aprendizagem, 5 discordam e outros 5 concordam plenamente.

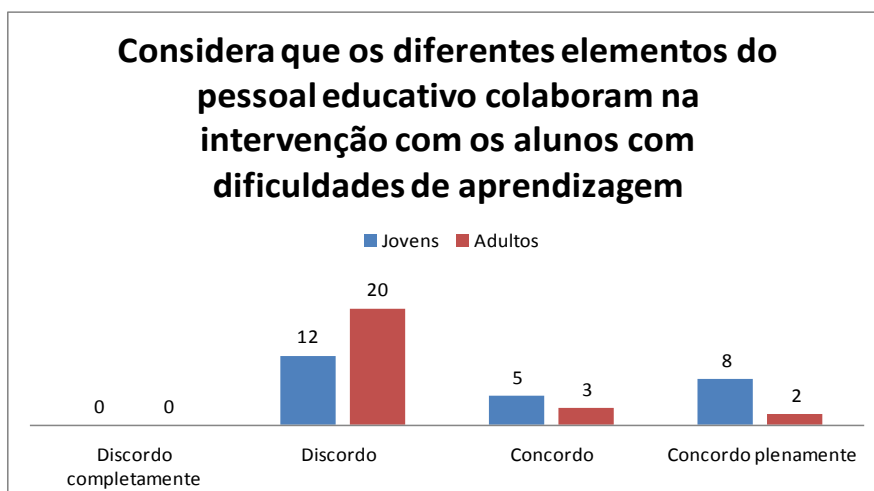


Gráfico 17 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº12 – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

No que diz respeito à décima segunda pergunta, as respostas dos adultos são, na sua maioria, de discordância, 20 discordam, 3 concordam e 2 concordam plenamente que os diferentes elementos do pessoal educativo colaboram na intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Os jovens dividem-se na sua opinião, 12 discordam, 5 concordam e 8 concordam plenamente com a afirmação.

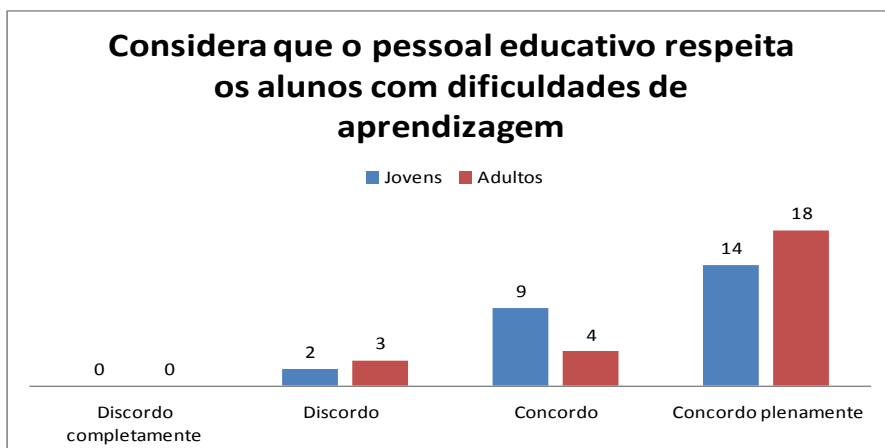


Gráfico 18 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº13 – Elaboração própria

Relativamente às respostas dos inquiridos à pergunta 13 verifica-se que a maioria das respostas obtidas dos dois grupos etários é de concordância plena, ou seja, concordam plenamente que o pessoal educativo respeita os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Quanto à discordância, o número de respostas é reduzido sendo que 3 adultos 2 jovens discordam da afirmação.

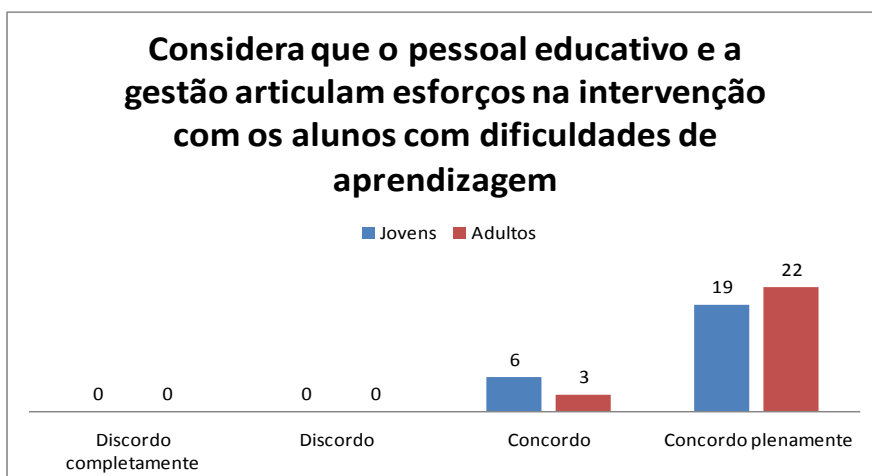


Gráfico 19 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº14 – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Em relação à afirmação “Considera que o pessoal educativo e a gestão articulam esforços na intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem”, as respostas são unânimes.

Quer os adultos quer os jovens, na sua maioria, concordam plenamente com a afirmação.

De salientar que não se obtiveram respostas de discordância.

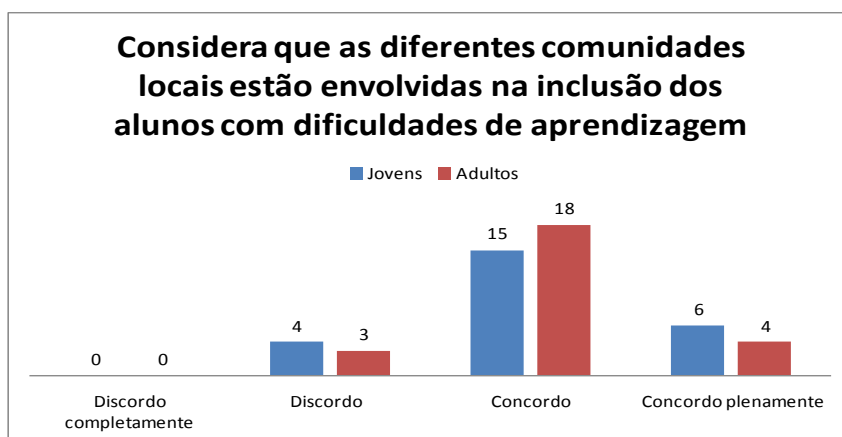


Gráfico 20 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº15 – Elaboração própria

No gráfico 20 está visível a opinião geral dos adultos e dos jovens.

As respostas variam entre “Discordo” e “Concordo plenamente”, sendo que 18 adultos e 15 jovens concordam que as diferentes comunidades locais estão envolvidas na inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem e 4 adultos e 6 jovens concordam plenamente.

No entanto 3 adultos e 4 jovens discordam da afirmação.

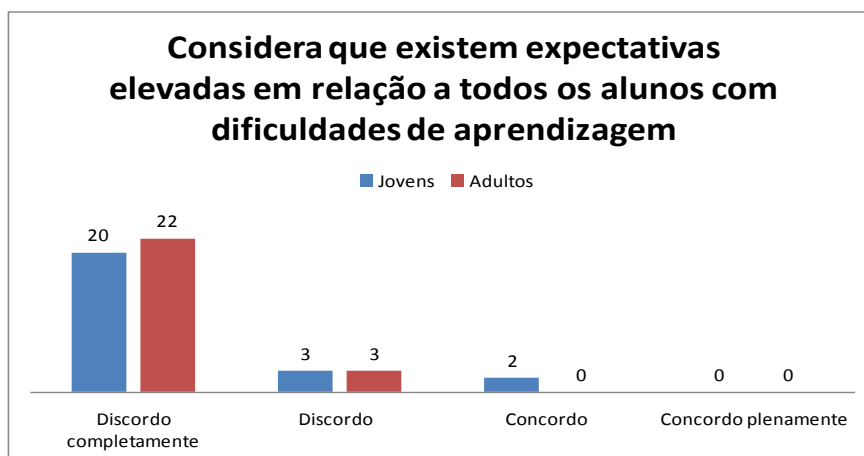


Gráfico 21 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº16 – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Quanto à pergunta 16, as respostas são uniformes. Não se obtiveram respostas de plena concordância, pelo contrário a maioria das respostas incide na completa discordância, com 22 adultos e 20 jovens.

Apenas 2 jovens concordam com a afirmação que existem expectativas elevadas em relação a todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.

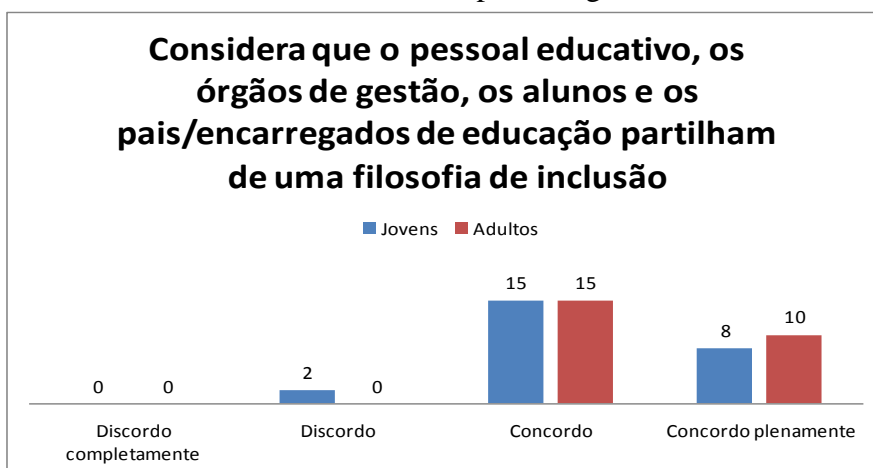


Gráfico 22 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº17 – Elaboração própria

Relativamente à opinião em relação ao facto de o pessoal educativo, os órgãos de gestão, os alunos e os pais/encarregados de educação partilharem de uma filosofia de inclusão, a maioria das respostas são de concordância.

Apenas 2 jovens discordam da afirmação, 15 concordam e 8 concordam plenamente. Em relação aos adultos não existem respostas de discordância, pelo contrário 15 concordam e 10 concordam plenamente.

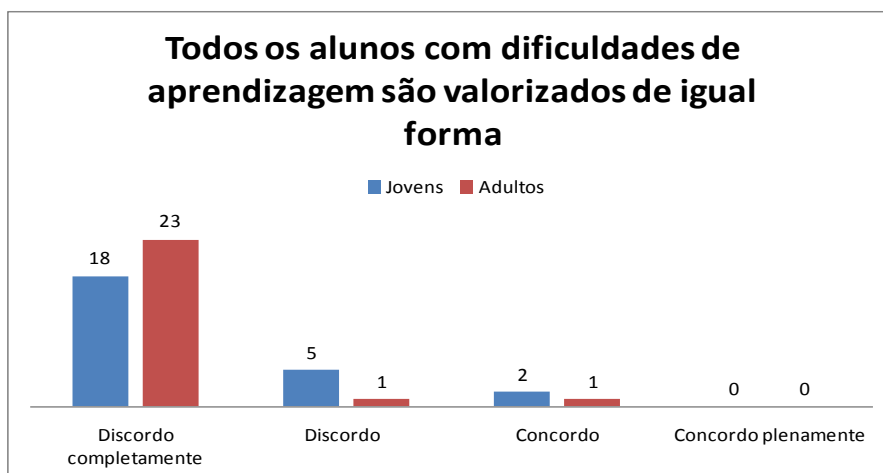


Gráfico 23 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº18 – Elaboração própria

Em relação à afirmação “Todos os alunos com dificuldades são valorizados de igual forma” as opiniões dos inquiridos são coincidentes.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Os adultos têm 23 respostas de completa discordância e 1 de discordância, contam com apenas 1 concordância.

Enquanto 18 jovens discordam completamente, 5 discordam e 2 concordam.

De focar que não se alcançaram respostas de plena concordância.

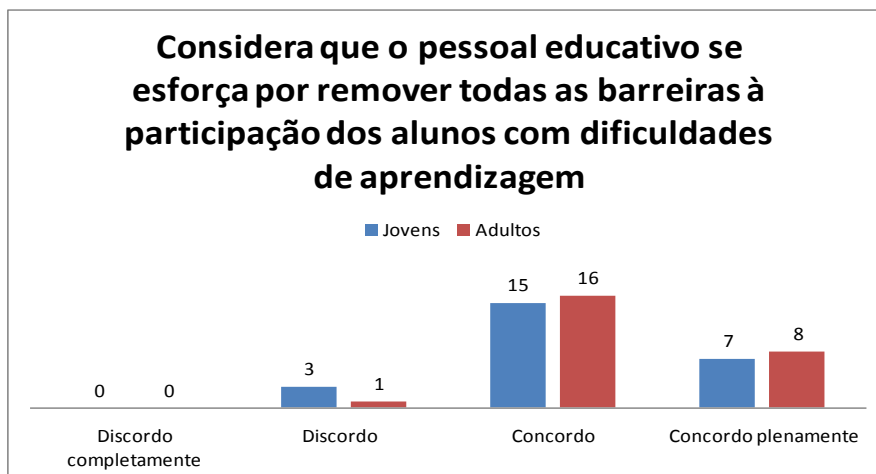


Gráfico 24 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº19 – Elaboração própria

Quanto às respostas dos inquiridos face à pergunta 19, verifica-se que variam entre a discordância e a plena concordância, sendo que o maior número incide na concordância.

Na sua maioria, os adultos concordam que o pessoal educativo se esforça por remover todas as barreiras à participação dos alunos com dificuldades de aprendizagem, 8 concordam plenamente e apenas 1 discorda.

Comparativamente os jovens, 15 concordam, 7 concordam plenamente e 3 discordam da afirmação.

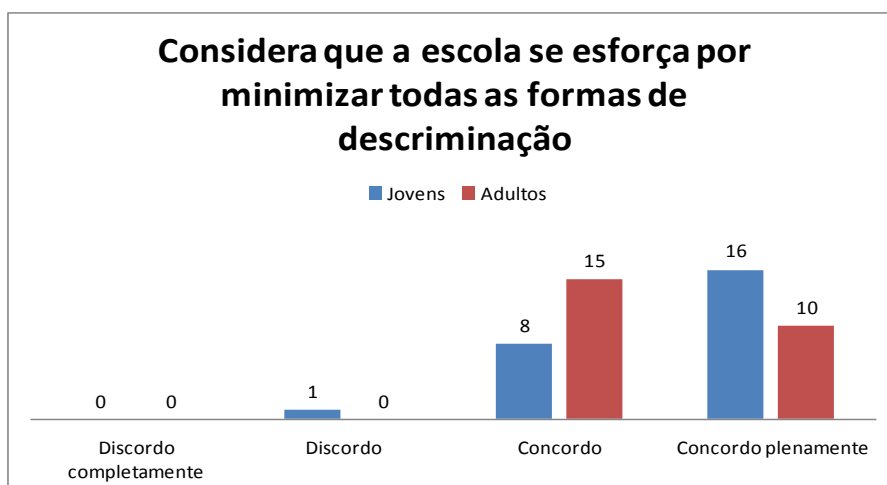


Gráfico 25 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº20 – Elaboração própria

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Em relação à vigésima pergunta, as respostas dos adultos diferencia das respostas dos jovens.

Enquanto que a maioria dos adultos concorda que a escola se esforça por minimizar todas as formas de discriminação, os jovens, na maioria, concordam plenamente da afirmação.

Realçar que nenhuma resposta foi de completa discordância, e apenas 1 resposta de discordância, por parte dos jovens.

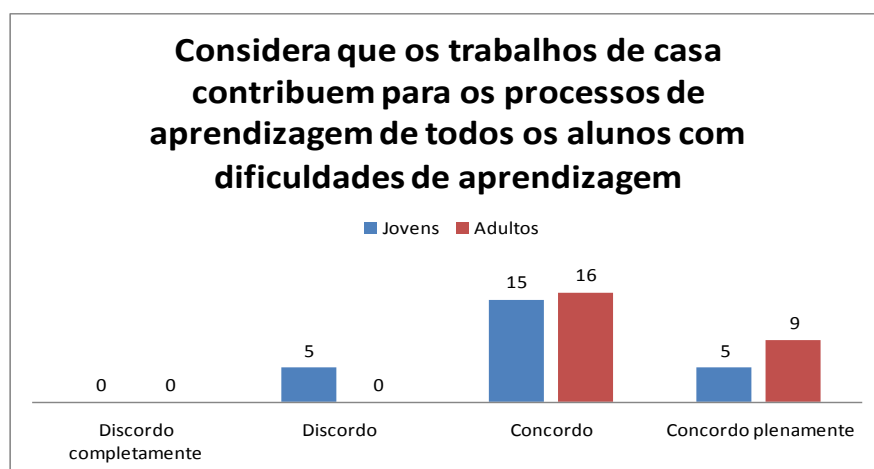


Gráfico 26 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº21 – Elaboração própria

Relativamente às respostas dos inquiridos à pergunta 21, estas são unânimes na sua maioria.

Quer os jovens quer os adultos, 15 e 16 respetivamente, deram a maioria das respostas de concordância face ao facto de considerarem que os trabalhos de casa contribuem para os processos de aprendizagem de todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Apesar de a sua maioria ser de concordância, 5 jovens discordam da afirmação.

No que diz respeito aos adultos, não se receberam respostas de discordância.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

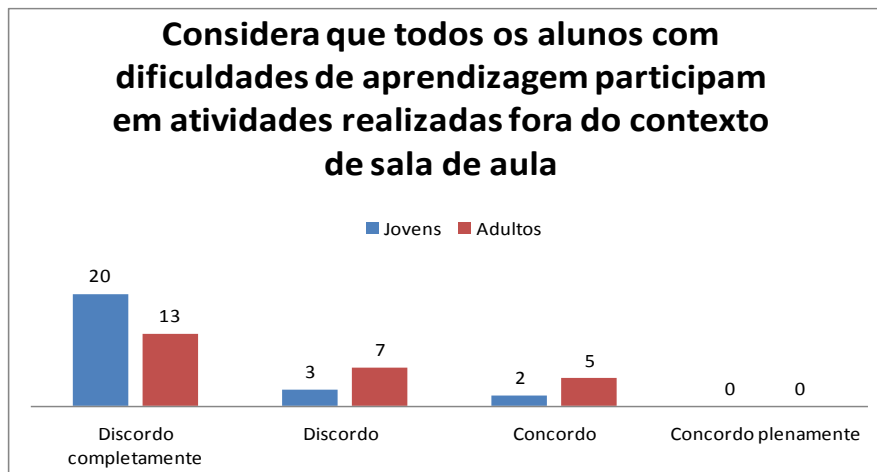


Gráfico 27 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº22 – Elaboração própria

Em relação à pergunta 22, as opiniões dos adultos dividem-se entre a completa discordância e a concordância, em contrapartida as respostas dos jovens são unânimes.

Os adultos têm 13 respostas de “discordo completamente”, 7 de discordância e 5 de concordância enquanto que os jovens têm 20 de “discordo completamente”, 3 de discordância e 2 de concordância.

De salientar que não se obtiveram respostas de concordância plena face à afirmação “Considera que todos os alunos com dificuldades de aprendizagem participam em atividades realizadas fora do contexto de sala de aula”.

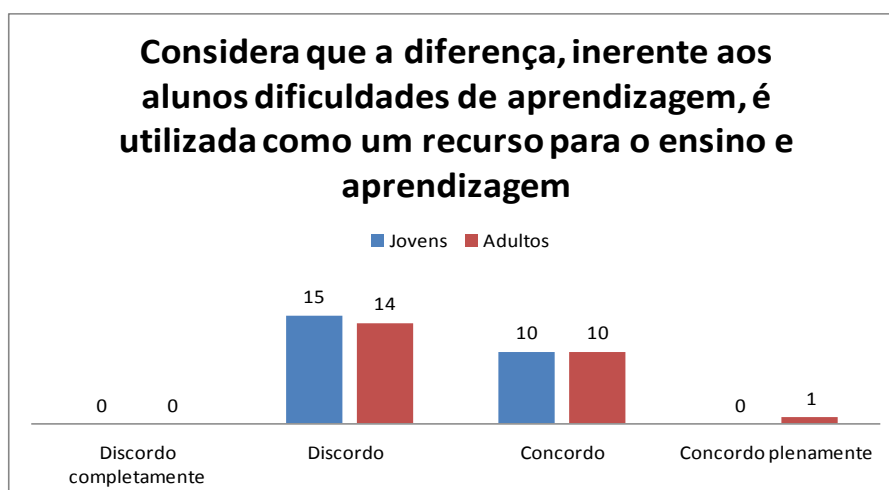


Gráfico 28 – Respostas dos inquiridos à pergunta nº23 – Elaboração própria

Relativamente à pergunta 23, os adultos dividem-se entre discordo e concordo plenamente enquanto que os jovens se dividem entre discordo e concordo.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

A maioria das respostas, quer dos adultos (14) quer dos jovens (15), recaem na discordância.

De salientar que apenas 1 adulto concorda plenamente que a diferença, inerente aos alunos com dificuldades de aprendizagem, é utilizada como um recurso para o ensino e aprendizagem.

No que diz respeito às questões de resposta aberta, as respostas foram unânimes nos dois grupos etários.

À pergunta "O que entende por Necessidades Educativas Especiais" as respostas foram as seguintes:

São planos de educação específicos.	Plano e apoio individualizado ajustado às características individuais das crianças.
São atenções que se devem dar a alunos que tem algum tipo de dificuldade de aprendizagem.	Dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento que exigem cuidados e reforços específicos na educação.

Quadro 2 – Conceito de Necessidades Educativas Especiais – Elaboração própria

Quanto à pergunta "Dê exemplos de tipos de Necessidades Educativas Especiais" as respostas foram as seguintes:

Cegos	Dislexia
Cancro	SIDA
Síndrome de Down	Hiperatividade
Défice de concentração	Défice de atenção
Invisuais	Sobredotados
Autistas	Paralisia Cerebral

Quadro 3 – Exemplos de tipos de Necessidades Educativas Especiais – Elaboração própria

No que diz respeito à pergunta "Em geral como se situaria em relação à inclusão das crianças com dificuldades de aprendizagem? Qual a sua opinião?" as respostas foram uniformes. Todas as respostas foram positivas e defendem a inclusão das crianças com NEE nas turmas regulares.

Salientam a importância da formação dos professores e até funcionários nesta área.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

4.1.3. Discussão dos resultados

Uma vez apresentadas as respostas aos inquéritos realizados, procuraremos proceder a uma leitura e discussão global e reflexiva dos mesmos. O objetivo é evidenciar os resultados mais significativos, à luz das intenções e questões inicialmente definidas para o roteiro que orientou e organizou esta investigação.

Para uma melhor discussão dividiram-se as questões em três grupos de análise, as questões relacionadas com o papel desenvolvido na escola, outro grupo relacionado com o papel da sociedade e, por fim, com o papel dos alunos.

Numa primeira fase avaliou-se o papel desenvolvido pela/na escola, em que a primeira e segunda perguntas questionam o apoio dado na sala de aula e, conseqüentemente, o melhoramento dos alunos.

Quanto a estas questões, as respostas são unânimes. Quer os jovens quer os adultos concordam plenamente que as necessidades dos alunos com NEE são melhor satisfeitas quando recebem apoio na sala de aula e que estes apresentam melhores resultados quando há um maior empenho por parte dos professores.

Na quarta pergunta, também relacionada com papel desenvolvido pela/na escola opinião dos inquiridos, quer adultos quer jovens concordam plenamente que os professores que lecionam turmas com alunos com NEE devem ter especialização na área da intervenção, no entanto discordam que os professores de Educação Especial tenham melhor preparação do que os professores do ensino regular para trabalhar com crianças com NEE (sexta), o que é um pouco contraditório face às respostas da quarta pergunta.

No que diz respeito à sétima pergunta, existe uma grande discrepância entre as respostas dadas pelos alunos e pelos jovens, ainda que dentro da concordância.

Os adultos concordam com a elaboração de um plano individual para os alunos com NEE enquanto que os jovens concordam plenamente. Ainda relacionada um pouco com esta pergunta, a oitava questão questiona acerca da implementação dos programas educativos individuais elaborados em conjunto pelo professor da turma e de Educação Especial. Nesta não existe discrepância, adultos e jovens concordam plenamente.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

A nona pergunta incide sobre o facto de ser possível ensinar alunos com currículo normal e alunos com currículo diferenciado na mesma sala, nesta questão as respostas são divididas. Os jovens dividem-se entre discordar e concordar, enquanto que os adultos dividem-se entre discordar completamente, discordar e concordar. Para esta questão não é possível saber qual a opinião geral.

Na décima questão dá-se a conhecer a opinião dos inquiridos face ao trabalho da escola no sentido de fazer com que os alunos com dificuldades de aprendizagem se sintam bem-vindos. A esta pergunta a maioria dos inquiridos discorda. Ainda na décima segunda pergunta os inquiridos discordam da afirmação de que os diferentes elementos do pessoal educativo colaboram na intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Relativamente a considerarem que o pessoal educativo respeita os alunos com dificuldades de aprendizagem, os inquiridos, na sua maioria, concordam plenamente. Da mesma forma, concordam plenamente que o pessoal educativo e a gestão articulam esforços na intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Face a estas respostas pode observar-se que o trabalho realizado pela escola no âmbito da inclusão de crianças com NEE é pouco conhecido ou ainda está a dar os primeiros passos. No entanto há concordância sobre o desenvolvimento de esforços na intervenção.

Apesar de concordarem plenamente que existem esforços na intervenção, discordam completamente da afirmação de que todos os alunos com dificuldades de aprendizagem participam em atividades realizadas fora do contexto de sala de aula. Deixam, assim, indicação de que será necessário intervir mais nestas áreas para que seja implementada a inclusão.

Parecendo um pouco contraditório, os inquiridos concordam plenamente que a escola se esforça por minimizar todas as formas de discriminação. Assim como concordam que o pessoal educativo se esforça por remover todas as barreiras à participação dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

No âmbito do desenvolvimento por parte dos alunos, a quinta questão aborda o facto de os alunos ditos “normais” são prejudicados quando existem na turma alunos com NEE, os inquiridos discordam totalmente com esta afirmação. Face à afirmação de que os alunos sem dificuldades de aprendizagem ajudam os alunos com dificuldades de aprendizagem as respostas são divididas não conseguindo, assim, saber qual a opinião no geral. As respostas variam entre a discordância e a plena concordância, sendo o número de respostas bastante próximos.

Face à questão relacionada com o facto de os trabalhos de casa contribuírem para os processos de aprendizagem de todos os alunos com dificuldades de aprendizagem, as respostas são, mais uma vez, dissociadas. Os adultos concordam e concordam plenamente, enquanto os jovens concordem plenamente, concordem mas também discordem.

Relativamente ao grupo relacionado com o papel da sociedade, a questão 3 aborda o acompanhamento extracurricular. Nesta questão existe discrepância comparando as respostas dadas pelos adultos e pelos jovens.

Os adultos concordam que os alunos com NEE devem ter um acompanhamento extracurricular e os jovens concordam plenamente com a mesma afirmação.

Os inquiridos concordam que as diferentes comunidades locais estão envolvidas na inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem, no entanto, discordam completamente que existam expectativas elevadas em relação a todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Estas respostas vão de encontro com a perspetiva da sociedade face à inclusão das crianças com NEE no mundo do trabalho, por exemplo.

Relacionando o papel da escola com o dos alunos, enumera-se uma questão. O facto de os alunos com dificuldades de aprendizagem serem valorizados de igual forma está relacionado quer com o trabalho realizado pela escola quer pelo trabalho desenvolvido pelos alunos, uma vez que a valorização não depende só de uma das partes. A esta questão as respostas são unânimes, ambos grupos etários discordam completamente da afirmação.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Relacionando os três grupos, escola, alunos e sociedade, expõem-se duas perguntas. O facto de o pessoal educativo, órgãos de gestão, alunos e os pais/encarregados de educação partilharem de uma filosofia de inclusão e uma segunda questão em que se afirma que a diferença, inerente aos alunos com dificuldades de aprendizagem, é utilizada como um recurso para o ensino e aprendizagem.

Face à primeira questão acima abordada, as respostas dos inquiridos incidem na concordância, ainda que divididos entre a concordância e a plena concordância. No entanto, dividem-se nas opiniões no que diz respeito à segunda questão, a maioria discorda, mas 10 de cada grupo etário concorda e 1 jovem concorda plenamente.

Comparando a história do livro "A criança que não queria falar" de Torey (2007), a realidade vivida com a opinião dos inquiridos, estas diferenciam no que diz respeito à inclusão. No livro as crianças eram divididas em salas conforme as dificuldades apresentadas.

A escola em que Torey trabalhava não partilhava de uma filosofia de inclusão, ao contrário da opinião que os inquiridos exercem sobre as escolas.

Também é notória a diferença entre a experiência dos auxiliares desta professora, que não tinham formação com o facto de os inquiridos defenderem que os professores e o pessoal educativo devem ter formação nesta área e colaborarem na intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Conclusão

A Escola Inclusiva é um passo decisivo para o sucesso de todos os alunos, apresentem ou não NEE. Este sucesso está relacionado não só com o seu desempenho escolar, mas também com todo o seu ser enquanto pessoa. “Sem dúvida, a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais (Stainback & Stainback, 1999).

Para que a Escola Inclusiva se torne uma realidade, é necessário contar com “a boa vontade de todos os profissionais envolvidos no processo que, muito possivelmente, terão de mudar algumas das suas atitudes e práticas (Correia, 2009).

A aplicação de estratégias inclusivas por parte dos professores é de extrema importância para que se apresentem melhorias no desempenho e no desenvolvimento de competências por parte dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. “Isto quer dizer que é de extrema importância que todos os educadores e professores aceitem a responsabilidade de educar todos os alunos, não obstante a sua problemática” (Correia, 2009).

Sendo o objetivo principal deste trabalho compreender e conhecer as perceções de adultos e jovens relativamente à Educação Inclusiva, constatou-se pelas respostas dos adultos e jovens que se disponibilizaram a responder ao inquérito por questionário, que efetivamente detêm conhecimento na área da Educação Inclusiva.

“Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo” (Stainback & Stainback, 1999).

Esta frase defende aquilo que foi perceptível nas respostas dos inquiridos, em que defendem que as escolas, e não só, devem ter uma filosofia de inclusão.

“Embora a maioria dos professores acredite no conceito de inclusão, tem-se verificado que eles têm alguns receios em relação a este processo de mudança, especialmente

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

porque sentem que lhes falta a formação necessária para ensinar os alunos com NEE.”
(Correia & Martins, 2000)

Ao longo do projeto foi-se verificando que a formação por parte dos professores na área das NEE é de extrema importância.

Reforça-se, assim, a importância da reflexão acerca das dificuldades de aprendizagem, bem como sobre a necessidade de sensibilizar e formar tanto os órgãos de gestão das escolas como os professores para esta problemática e para a importância da valorização destes alunos.

“Os benefícios dos arranjos inclusivos são múltiplos para todos os envolvidos com as escolas – todos os alunos, professores e a sociedade em geral. A facilitação programática e sustentadora da inclusão na organização e nos processos das escolas e das salas de aula é um fator decisivo no sucesso” (Stainback & Stainback, 1999, p.22).

O desenvolvimento desta investigação permitiu alcançar de uma forma geral os objetivos propostos inicialmente.

Teria sido interessante poder ouvir na primeira pessoa a perspectiva dos alunos com dificuldades de aprendizagem que estão inseridos nas turmas regulares acerca das estratégias utilizadas pelos seus professores, assim como jovens e adultos que têm NEE mas que estão inseridos no mundo do trabalho. No entanto por limitações de tempo tal não foi possível. Futuramente poder-se-á estudar esta temática na perspectiva dos alunos e a ingressão no mundo do trabalho. Esta seria uma possível linha para futuras investigações.

Resta referir que o mais importante no presente trabalho e em todas as investigações relacionadas com o tema das dificuldades de aprendizagem que futuramente possam vir a ser desenvolvidas, é a possibilidade de contribuírem para um novo modelo de ensino que possibilite a estes alunos “aspirar a uma igualdade de oportunidades em ambientes que lhes ofereçam segurança, acesso às aprendizagens, de acordo com as suas características e necessidades, e que promovam situações de confiança, criadas por professores e pais, rumo a uma cidadania plena” (Correia, 2009, p.56).

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Bibliografia

Ainscow, M. & Ferreira, WB (2003). *Compreendendo a educação inclusiva: algumas reflexões sobre experiências internacionais*. Lisboa: Editora Porto.

Ainscow, M. (1998). *Necessidades especiais na sala de aula – Um guia para a formação de professores* (1ªed.). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Bairrão, J. (1998) *Os alunos com Necessidades Educativas Especiais. Subsídios para o sistema de Educação*. Lisboa. CNE Ministério da Educação.

Benard da Costa, A. (2005). *20 anos de Educação Especial. Revista de Educação*.

Castro Neves, Manuela. (2011). *Não os desiludas: histórias da escola*. Livros horizonte, Lisboa.

Córego, P., (1999), *Integração Profissional de Jovens com deficiência Mental – Dissertação de Mestrado em Activação do Desenvolvimento Psicológico*, Universidade de Aveiro.

Convenção sobre os direitos da Criança, Parte I, art. 1, 1990.

Correia, L. M., (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto Editora.

Correia, L.M. (2000). *Uma Escola para Todos: Atitudes dos professores Perante a Inclusão. Revista Inclusão: 15-28, vol.1*.

Correia, L.M. (2009). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais*. Porto: Porto Editora.

Correia,L (2003). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais - Um Guia Para educadores e Professores*. Porto

COSTA, A. (2005) *A Educação Inclusiva dez anos após Salamanca: Reflexões sobre o caminho percorrido*.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

Fernandes, Helena Serra (2002). *Educação Especial – Integração da criança e adaptações das estruturas da Educação: Estudo de um caso*. Braga, APPACDM Distrital de Braga, Coleção Pedagógica I. Disponível em: <http://formas-de-pensar.blogspot.pt/2004/06/diferena-inclusiva.html>

Fortin, Marie-Fabienne (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à*

Freire, P. (2001). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Lima, Lais (2007). *Inclusão escolar: uma prática possível*.

Mantoan, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo:

Manual de “Necessidades Educativas Especiais” da Direcção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo”.

Marques, Ramiro (1998). *Professores, Famílias e projecto educativo*. Porto. Edições Asa.

Moderna, 2003.

Moen, T.; Nilssen, V. & Weidemann, N. (2007). *An aspect of a teacher’s inclusive educational practice: scaffolding pupils through transitions*. *Teachers and Teaching: theory and practice*, 13 (3), 269-286. Disponível em: http://www.irisproject.eu/teachersweb/PT/docs/TT_Estrategias_e_Praticas_WD_PT.pdf [consultado a 05/07/2013]

Quicky, R. & Campenhoudt, L.(2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*.5.^a ed. Lisboa, Gradiva.

realização. Loures: Lusociência.

Reis, A.C. & André, M.R. (2004). *Cidadania: o direito á inclusão das pessoas infetadas pelo VIH/Sida*. Lisboa: Cidade Solidária.

Sanches, I. (2005). *Compreender, agir, mudar, incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva*. Revista Lusófona de Educação, 5, 127-142. Disponível em:

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"

(Maria Tereza Mantoan, 2003)

http://www.irisproject.eu/teachersweb/PT/docs/TT_Estrategias_e_Praticas_WD_PT.pdf

[consultado a 09/07/2013]

Sanches, I. e Teodoro, A. (2006) *Da integração à inclusão escolar: cruzandoperspectivas e conceitos*. Revista Lusófona de Educação, 8, 63-83

Serra, H. (2005). *Paradigmas da Inclusão no Contexto Mundial*. Saber e Educar nº10, p. 31- 50.

Soodak, L. (2003). *Classroom Management in a Diverse Society. Theory into Practice*, 42(4),327-333.USA.

Disponível em:

http://www.irisproject.eu/teachersweb/PT/docs/TT_Estrategias_e_Praticas_WD_PT.pdf

[consultado a 05/07/2013]

Stainback, Susan; Stainback, Willian. Inclusão (1999). *Um guia para educadores*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. Disponível em http://www.unijales.edu.br/unijales/arquivos/28022012094602_242.pdf [consultado em 16/07/2013]

Torey Hayden. (2007). *A criança que não queria falar*. Editorial Presença, Grandes Narrativas.

UNESCO, (1994), Declaração de Salamanca; Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ONU, Salamanca

http://formacaoeducadorescdicampinas.files.wordpress.com/2012/04/caderno_atividade_s_cdicps_2012_versao2_0.pdf

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

http://student.dei.uc.pt/~jcosta/sf/Educa_Port.html [consultado em 15/06/2013]

http://www.achegas.net/numero/43/wellington_43.pdf

http://www.ensino.eu/media/5496/Integracao_em_Portugal.pdf

Anexos

Anexo 1 – Inquérito por Questionário

Jovens e Adultos

Inquérito por Questionário

Os dados deste Inquérito destinam-se exclusivamente para fins científicos, no âmbito da elaboração do Projeto de Graduação com o tema: Necessidades Educativas Especiais.

Dados Biográficos

1- Sexo:

F M

2 – Idade:

15-26

26-60

3- Habilitações Académicas/Literárias (grau mais elevado):

4º ano

6º ano

9º ano

12º ano

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

4- Profissão:

5- Tempo de serviço (em anos):

0-9

10-19

20-29

30 ou mais

6- Tem alguma formação no âmbito das Necessidades Educativas Especiais (NEE)? (*assinale*

com X)

Sim

Não

II. Partindo da sua experiência e/ou conhecimento que tem sobre a **Inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (cognitivas e motoras)** indique a sua opinião em cada uma das seguintes afirmações. Utilize a seguinte escala:

1-Discordo completamente 2- Discordo 3- Concordo 4- Concordo plenamente

27 - As necessidades dos alunos com NEE a nível cognitivo e motor são melhor satisfeitas quando recebem apoio na sala de aula.

1- 2-

3- 4-

28 - Quando o aluno apresenta melhores resultados é porque há um maior empenho por parte dos professores.

1- 2-

3- 4-

29 -Os alunos com Necessidades Educativas Especiais devem ter um acompanhamento extra-curricular.

1- 2-

3- 4-

30 -Os professores que lecionam turmas com alunos com NEE devem ter especialização na área de intervenção.

1- 2-

3- 4-

31 - Os alunos ditos “normais” são prejudicados quando existem na turma alunos com NEE.

1- 2-

3- 4-

32 - Os professores de Educação Especial têm melhor preparação do que os professores do ensino regular para trabalhar com crianças com NEE.

1- 2-

3- 4-

33 - Deve ser elaborado um plano individual que dê resposta às necessidades próprias de cada aluno com NEE.

1- 2-

3- 4-

34 - A elaboração e implementação dos programas educativos individuais devem ser feitas em conjunto pelo professor da turma e de Educação especial.

1- 2-

3- 4-

35 - É possível ensinar alunos com currículo normal e alunos com currículo diferenciado na mesma sala de aula.

1- 2-

3- 4-

A1.1 – Considera que a escola faz com que todos os alunos com dificuldades de aprendizagem se sintam bem-vindos.				
A1.2 – Considera que os alunos sem dificuldades de aprendizagem ajudam os alunos com dificuldades de aprendizagem.				
A1.3 – Considera que os diferentes elementos do pessoal educativo colaboram na intervenção com os				

alunos com dificuldades de aprendizagem.				
A1.4 – Considera que o pessoal educativo respeita os alunos com dificuldades de aprendizagem				
A1.6 – Considera que o pessoal educativo e a gestão articulam esforços na intervenção com os alunos com dificuldades de aprendizagem.				
A1.7 Considera que as diferentes comunidades locais estão envolvidas na inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem.				
A2.1 – Considera que existem expectativas elevadas em relação a todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.				
A2.2 – Considera que o pessoal educativo, os órgãos de gestão, os alunos e os pais/encarregados de educação partilham de uma filosofia de inclusão.				
A2.3 – Todos os alunos com dificuldades de aprendizagem são valorizados de igual forma.				
A2.4 – Considera que o pessoal educativo se esforça por remover todas as barreiras à participação dos alunos com dificuldades de aprendizagem.				
A2.5 - Considera que a escola se esforça por minimizar todas as formas de discriminação.				
A2.6 - Considera que os trabalhos de casa contribuem para os processos de aprendizagem de todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.				
A2.7 - Considera que todos os alunos com dificuldades de aprendizagem participam em atividades realizadas fora do contexto de sala de aula.				
A2.8 - Considera que a diferença, inerente aos alunos com dificuldades de aprendizagem, é utilizada como um recurso para o ensino e aprendizagem.				

Adaptado de Blooth, et. Al. (2000)

O que entende por Necessidades Educativas Especiais?

Dê exemplos de tipos de Necessidades Educativas Especiais.

Em geral como se situaria em relação à inclusão das crianças com dificuldades de aprendizagem? Qual a sua opinião?

Obrigado pela colaboração!

Cláudia Barros

Ponte de Lima, Maio de 2013